

AC. EM CÂMARA

(08) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PDM - TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PDM DAS NORMAS DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POOC-CE): - Pelo Vereador Luís Nobre foi apresentado o processo do qual consta os documentos que seguidamente se transcrevem:- **“PROPOSTA - ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PDM - TRANSPOSIÇÃO PARA O PDM DAS NORMAS DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POOC-CE) - ALTERAÇÃO DECORRENTE DA APROVAÇÃO DA LEI DE BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO** - Na sequência de alteração do quadro legal de referência, torna-se necessário introduzir alterações ao Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo, aprovado em 11 de março de 2008 (publicado em Diário da República através do Aviso n.º 10601/2008, de 4 de abril) e alterado em 12 de dezembro de 2013 (alteração ao regulamento, publicada em Diário da República através do Aviso n.º 1816/2014, de 6 de fevereiro). Através da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, foi aprovada a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo que, entre outros aspetos, introduziu alterações na estrutura do sistema de gestão territorial, ao estabelecer que a sua materialização ocorre através de programas (que estabelecem o quadro estratégico) e de planos (que estabelecem opções e ações concretas, bem como o uso do solo). Em termos de vinculação, verifica-se, de acordo com o artigo 46º, que os programas territoriais (com exceção das normas legais e regulamentares relativas aos recursos florestais) passam a vincular apenas as entidades públicas, enquanto os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares. Desta alteração resultou a extinção dos planos especiais de ordenamento do território, entre os quais o POOC-CE, cujo conteúdo, de acordo com o artigo 78º da referida Lei, “deverá ser vertido no plano diretor intermunicipal ou municipal e em outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos, a contar da data da entrada em vigor da presente lei”. Tendo a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo entrado em vigor em 30 de junho de 2014, deverão, de acordo com o referido no parágrafo anterior, ser transpostas para o PDM as normas diretamente vinculativas dos particulares até 29 de junho de 2017. O incumprimento do previsto no artigo 78º acarretará, de acordo com o disposto nos números 5 e 6 do artigo 46.º, a suspensão das normas dos planos municipais “que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a alteração do uso do solo enquanto durar a

suspensão”, e a “rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a celebração de contratos-programa”. De acordo com metodologia acordada com a CCDR-N, foi desenvolvido um trabalho conjunto, que ficou concluído em 29 de junho de 2015, de identificação das normas do POOC-CE que deveriam ser transpostas para os diversos PDM abrangidos por aquele plano especial, que, no caso de Viana do Castelo, apenas implicará a alteração do regulamento, não sendo necessário proceder à alteração de elementos gráficos. Analisada a secção V (Dinâmica) do RJGT, conclui-se que o procedimento adequado para esta transposição de normas é a alteração por adaptação, prevista no artigo 121.º, uma vez que decorre da entrada em vigor de leis ou regulamentos (previsto pela alínea a) do n.º 1) e que, tal como referido no n.º 2, “não envolve uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar do programa ou plano que determinou a alteração.” O procedimento para concretizar esta alteração é muito simplificado, dependendo, de acordo com o artigo 121.º do RJGT, de mera declaração a emitir pela câmara municipal, entidade responsável pela elaboração do plano, após transmissão à assembleia municipal, órgão competente para a aprovação do plano, seguida de transmissão à CCDR-N e remissão para publicação e depósito. A declaração referida no parágrafo anterior deverá ser emitida no prazo de 60 dias, através da alteração dos elementos que integram ou acompanham o plano, e publicada na 2.ª série do Diário da República, de acordo com o previsto pela alínea k) do n.º 4 do artigo 191.º do RJGT. Assim, proponho que a Câmara Municipal **emita a declaração** prevista no n.º 3, do art.º 121.º, do decreto lei n.º 80/2015, de 14 de maio, mantendo como objetivo proceder à sua **transmissão prévia** à digm.ª Assembleia Municipal e posterior **comunicação** à CCDR-N e **publicação** em Diário da República, em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º referido. (a) Luis Nobre

Preâmbulo

Na sequência de alteração do quadro legal de referência, torna-se necessário introduzir alterações ao Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo (PDM), aprovado em 11 de março de 2008 (publicado em Diário da República através do Aviso nº 10601/2008, de 4 de abril) e alterado em 12 de dezembro de 2013 (alteração ao regulamento, publicada em Diário da República através do Aviso nº 1816/2014, de 6 de fevereiro).

A Lei nº 31/2014, de 30 de maio, aprovou a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo que, entre outros aspetos, introduziu alterações na estrutura do sistema de gestão territorial, ao estabelecer que a sua materialização ocorre através de programas (que estabelecem o quadro estratégico) e de planos (que estabelecem opções e ações concretas, bem como o uso do solo).

Em termos de vinculação, verifica-se, de acordo com o artigo 46º, que os programas territoriais (com exceção das normas legais e regulamentares relativas aos recursos florestais) passam a vincular apenas as entidades

públicas, enquanto os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

Desta alteração resultou a extinção dos planos especiais de ordenamento do território, entre os quais o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha - Espinho (POOC-CE), cujo conteúdo, de acordo com o artigo 78º da referida Lei, *“deverá ser vertido no plano diretor intermunicipal ou municipal e em outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos, a contar da data da entrada em vigor da presente lei”*.

Tendo a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo entrado em vigor em 30 de junho de 2014, deverão, de acordo com o referido no parágrafo anterior, ser transpostas para o PDM as normas diretamente vinculativas dos particulares, até 29 de junho de 2017.

De acordo com metodologia acordada com a CCDR-N, foi desenvolvido um trabalho conjunto, de identificação das normas do POOC-CE que deveriam ser transpostas para os diversos PDM abrangidos por aquele plano especial, que, no caso de Viana do Castelo, apenas implica a alteração do regulamento, não sendo necessário proceder à alteração de elementos gráficos.

A metodologia de transposição foi ajustada à estrutura do regulamento do PDM, e contempla fundamentalmente os seguintes aspetos:

- a) Foram transpostas as definições coerentes com os conceitos do POOC-CE que não constavam do regulamento do PDM;
- b) Foi incluída uma secção relativa à identificação e regime da Orla Costeira Caminha - Espinho;
- c) Foi aditado um capítulo autónomo (capítulo X), que incorpora todas as regras do POOC aplicáveis à Orla Costeira na área do município;
- d) Foram substituídas as remissões para o regulamento do POOC-CE, por remissões para as regras que constam de capítulo autónomo, de aplicação transversal e cumulativa às categorias de uso do solo do PDM;
- e) Foram incorporados os artigos correspondentes às UOPG incidentes na área do Município, respetivos parâmetros e termos de referência previstos no POOC-CE.

Artigo 1º

Alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo - PDM

Os artigos 4º, 14º, 33º, 36º, 46º, 48º, 52º, 55º, 90º, 91º, 92º, 93º, 112º, 113º, 114º, 115º, 116º, 131º, 133º, 150º, 154º, 165º, 166 e 170º do regulamento do PDM passam a ter a seguinte redação:

“Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º

(Definições)

Para efeitos do presente diploma, entende-se que:

1. ...
2. ...
3. ...
4. ...
5. Área de Proteção Costeira – APC – Parcela de território situada na faixa de intervenção do POOC considerada fundamental para a estabilidade do litoral, na qual se pretende preservar os locais e paisagens notáveis ou característicos do património natural e cultural da orla costeira, bem como os espaços necessários à manutenção do equilíbrio ecológico, incluindo praias, rochedos e dunas, áreas agrícolas e florestais, zonas húmidas e estuários.
6. ...
7. ...
8. ...
9. ...
10. ...
11. ...
12. ...
13. ...
14. ...
15. ...
16. ...
17. ...
18. ...
19. ...
20. ...
21. ...
22. ...
23. ...
24. ...
25. ...
26. ...
27. ...
28. ...
29. ...
30. ...
31. ...
32. ...

33. ...

34. Anteparaia - Zona terrestre, correspondendo a uma faixa de largura variável compreendida entre o limite interior do areal e as áreas de estacionamento ou acesso viário.

35. Zona dunar - Área constituída pelo conjunto de dunas, cordões ou sistemas dunares existentes ou passíveis de se formarem através de ações de revestimento ou de reposição dunar.

36. Coeficiente de ocupação do solo (COS) - Quociente entre a área de implantação das edificações e a área do lote.

Capítulo IV SOLO RURAL

Secção II Espaços Agrícolas

Art. 14º
Regime

1....

2. ...

3. Nos Espaços Agrícolas abrangidos pelo POOC Caminha - Espinho, devem observar as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Secção V Espaços Naturais

Subsecção I Disposições Gerais Aplicáveis aos Espaços Naturais

Art. 33º
Regime

1. ...

2. Nos Espaços Naturais abrangidos pelo POOC Caminha - Espinho devem ser observadas as disposições contidas no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção II Rochedos Emersos do Mar, Praias, Ínsuas e Sapais

Art. 36º
Regime

1. ...

2. Devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

3.

Subsecção VII Zonas de Vegetação Rasteira e Arbustiva

Art. 46º

Regime

Nestas zonas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção VIII
Zonas de Mata de Proteção Litoral

Art. 48º

Regime

Nestas zonas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Secção VI
Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural

Art. 52º

Regime

1. ...
2. Nos Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural abrangidos pelo POOC Caminha - Espinho devem ser observadas as disposições do capítulo X do presente Regulamento.

Secção VII
Espaços de Apoio à Atividade Piscatória

Art. 55º

Regime

Nestes espaços devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo V
SOLO URBANO

Secção II
Solo Urbanizado

Subsecção IV
Zonas de Equipamentos Existentes

Art. 90º

Caracterização

1. ...
2. Os equipamentos em APC são os seguintes:
 - a) Aquacultura, localizada em Afife;
 - b) Farol, localizado em Montedor, Carreço;
 - c) Forte de Paçô, localizado em Carreço;

- d) Estação de tratamento de águas residuais, localizada em Areosa;
- e) Forte do Rego da Vinha, localizado em Areosa

Art. 91º

Edificabilidade

- 1. ...
- 2. ...
- 3. ...
- 4. ...
- 5. Aos equipamentos em APC, referidos no número 2 do artigo 90º aplica-se o disposto capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção V

Zonas de Empreendimentos Turísticos Existentes

Art. 92º

Caracterização

- 1. ...
- 2. Os empreendimentos turísticos existentes em APC são os seguintes:
 - a) Parque de campismo municipal no Cabedelo;
 - b) Parque de campismo do INATEL no Cabedelo.

Art. 93º

Edificabilidade

- 1. ...
- 2. ...
- 3. Aos empreendimentos turísticos existentes em APC, referidos no nº 2 do artigo 92º, aplica-se o disposto capítulo X do presente Regulamento.

Secção III

Solo de Urbanização Programada

Subsecção V

Zonas de Equipamentos Propostos

Art. 112º

Edificabilidade

- 1. ...
- 2. ...
- 3. ...
- 4. ...
- 5. ...
- 6. (revogado)

Subsecção VI

Zonas de Empreendimentos Turísticos Propostos

Art. 113º**Caracterização**

1. ...
2. Os empreendimentos turísticos propostos em APC são os seguintes:
 - a) Área ocupada pelo empreendimento Luziamar, no Cabedelo;
 - b) Área de empreendimento turístico previsto para a Amorosa;
 - c) Área ocupada pelo campo de futebol de Castelo do Neiva.

Art. 114º**Edificabilidade**

1. ...
2. Aos empreendimentos turísticos propostos em APC, referidos no nº 2 do artigo 113º, aplica-se o disposto no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção VII**Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano****Art. 115º****Caracterização**

1. ...
2. Os espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano em APC são os seguintes:
 - a) Praia Norte, na União de Freguesias de Viana do Castelo (Monserrate e Stª Mª Maior) e Meadela; b) Cabedelo, em Darque;
 - c) Espaço público em Amorosa Velha;
 - d) Espaço público em Castelo do Neiva.

Art. 116º**Edificabilidade**

1. ...
2. ...
3. ...
4. ...
5. Aos espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano localizados em APC, referidos no nº 2 do artigo 115º, aplica-se o disposto no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo VI**Áreas de Proteção e com Risco**

Secção III
Áreas com Risco

Subsecção IV
Áreas com Risco de Avanço das Águas do Mar

Art. 131º
Regime

Nestas áreas devem ser observadas as condições expressas capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção V
Áreas de Barreira de Proteção

Art. 133º
Regime

Nestas áreas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo VIII
PLANEAMENTO E GESTÃO

Secção II
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) com Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) eficazes

Art. 150º
Regime

1. Nesta área deve ser observado o previsto no capítulo X do presente Regulamento.
2. ...

Secção III
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão Propostas

Subsecção I
Planos de Pormenor Propostos

Art. 154º
Regime

1. ...
2. Na área abrangida pelo PPP2 e até à aprovação do Plano, a edificabilidade rege-se pelo previsto no capítulo X do presente Regulamento.
3. ...

Subsecção II
Outros tipos de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Art. 165º

UOPG de Tipo 8 – Espaço Público de Recreio e Lazer no Cabedelo

1. ...
2. ...
3. ...
4. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento, incluindo as condições expressas no capítulo X.

Art. 166º

UOPG de Tipo 9 – Zona Piscatória da Pedra Alta

1. ...
2. ...
3. ...
4. Não obstante o referido nos pontos anteriores, aplica-se sempre o previsto no capítulo X do presente Regulamento.

**Capítulo IX
DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES**

Art. 170º

Regulamentação Complementar

1. Para as áreas de aplicação de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor aprovados deverão ser aplicadas as disposições previstas nos respetivos regulamentos.
2. Sem prejuízo do disposto no presente Regulamento, a Câmara Municipal de Viana do Castelo pode estabelecer regulamentação complementar, destinada a regular o exercício de ações específicas dentro do âmbito territorial concelhio.
3. A regulamentação municipal em vigor pode ser mantida após a entrada em vigor do PDM, desde que não contrarie as disposições nele contidas.”

Art. 2º

Aditamento ao Regulamento do PDM

1. São aditados ao regulamento do PDM os artigos 11-Aº, 175º, 176º, 177º, 178º, 179º, 180º, 181º, 182º, 183º, 184º, 185º, 186º, 187º e 188º, com a seguinte redação:

**“Capítulo III
USO DO SOLO**

**Secção III
Orla Costeira Caminha - Espinho**

Art. 11º - A

Identificação e Regime

1. A Orla Costeira corresponde à área de aplicação do POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha - Espinho, identificada na Planta de Ordenamento do PDM.
2. Integra as áreas prioritárias para a estabilidade da faixa litoral e contenção de riscos, sujeitas a diferentes níveis de proteção e uso.
3. São aplicáveis a esta área do território municipal as disposições do Capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo X
ORLA COSTEIRA CAMINHA - ESPINHO

Secção I
Disposições Gerais

Art. 175º

Atos e atividades interditos

1. Nesta área são interditas as seguintes atividades:
 - a) A instalação de aterros sanitários;
 - b) A instalação de indústrias.
2. Excetuam-se do disposto na alínea b) do número anterior as instalações destinadas ao exercício de atividades agrícolas, florestais e piscatórias.

Art. 176º

Classes e Categorias de Espaços

1. As classes, categorias de espaços, áreas de risco e UOPG do POOC têm a seguinte correspondência no PDM:

Classes de espaços do POOC	Classes de espaços do PDM
Rochedos em APC	Rochedos Emersos do Mar
Praias em APC	Praias
Áreas Agrícolas em APC	Espaços Agrícolas abrangidos pelo POOC
Áreas Florestais em APC	Zonas de Mata de Proteção Litoral
Áreas de Vegetação Rasteira e Arbustiva em APC	Zonas de Vegetação Rasteira e Arbustiva
Equipamentos em APC	Zonas de Equipamentos Existentes (edificados) / Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural / Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano / Empreendimentos Turísticos (existentes e propostos)
Estuários em APC	Leitos de Cursos de Água

Zonas ameaçadas pelo mar do POOC	Áreas com risco do PDM
Zonas de Risco	Áreas com Risco de Avanço das Águas do Mar
Barreira de Proteção	Áreas de Barreira de Proteção

UOPG do POOC	UOPG do PDM
Núcleo Urbano da Praia de Carreço	Núcleo Urbano da Praia de Carreço – PPP2
Zona Piscatória da Pedra Alta	Zona Piscatória da Pedra Alta – UOPG50

Secção II

Área de Proteção Costeira

Art. 177º

Restrições gerais

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 175º, são interditos os seguintes atos e atividades em ÁPC:
 - a) A alteração da morfologia do solo ou do coberto vegetal, com exceção da decorrente das normais atividades agrícolas ou florestais;
 - b) A extração de materiais inertes, quando não se enquadrem em operações de dragagem necessárias à conservação das condições de escoamento das águas nos estuários e zonas húmidas ou à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso;
 - c) A destruição da compartimentação existente feita com sebes vivas ou mortas ou com muros de pedra e a sua substituição por soluções não tradicionais, salvo quando decorra da aplicação de normas legais vigentes relativas a áreas agrícolas;
 - d) A abertura de novas vias de comunicação ou de acessos, bem como o alargamento dos já existentes e obras de beneficiação quando estas impliquem a destruição do coberto vegetal;
 - e) A construção ou ampliação de qualquer edificação;
 - e) A instalação de painéis ou outros meios de suporte publicitário fora das áreas de implantação de apoios de praia;
 - f) A instalação de parques de campismo e similares, exceto em espaços de equipamento em APC.
2. Constituem exceção ao disposto no número anterior:
 - a) As construções necessárias a atividades económicas que exijam a proximidade da água, tais como unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais e se implantem fora do domínio público hídrico, de praias, de áreas de vegetação rasteira e arbustiva, de rochedos e zonas húmidas em APC e da barreira de proteção;
 - b) A ampliação de unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que essa ampliação seja devidamente justificada, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais, e se implantem fora de rochedos e de barreira de proteção, e ainda sujeita às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico;
 - c) A instalação de estufas e outros empreendimentos agropecuários, avícolas, agroindustriais, bem como as construções de apoio à atividade agrícola e florestal permitidas nos termos do presente regulamento, desde que integradas em áreas agrícolas ou em áreas florestais, a sua localização seja devidamente justificada e permitida, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais, e se localizem fora da barreira de proteção;
 - d) A instalação de infraestruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento de energias renováveis, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada e ponderado o impacte ambiental nos termos do quadro legal em vigor.

3. A exceção referida na alínea d) do número anterior está dependente da obtenção de parecer favorável vinculativo da APA, I.P..

Art. 178º

Atos e atividades condicionados

Sem prejuízo do cumprimento de outras condições legalmente fixadas, carecem de parecer favorável da APA, I.P. na respetiva área de jurisdição, a instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de saneamento básico, aerogeradores e a construção de barragens, açudes e postos de vigia, estaleiros temporários e permanentes.

Art. 179º

Áreas de Vegetação Rasteira e Arbustiva em APC

1. Integram esta categoria de espaço todas as áreas que ocupam fundamentalmente a antepraia e as zonas dunares.
2. Nestas áreas são interditas as ações que impliquem a impermeabilização, erosão ou poluição do solo, bem como outras capazes de alterarem negativamente a estabilidade destes ecossistemas, nomeadamente:
 - a) A destruição de solo vivo e do coberto vegetal;
 - b) A alteração da topografia do solo.
- 3 Constitui exceção ao disposto no número anterior a ampliação de unidades de aquicultura e de estabelecimentos conexos, bem como a instalação de infraestruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento da energia das ondas e do mar desde que respeitem o estabelecido no artigo 177º.

Art. 180º

Áreas Florestais em APC

Estas áreas correspondem aos espaços constituídos por povoamentos florestais mistos com o objetivo de proteção e eventualmente compatíveis com a produção, nos quais são interditas as seguintes ações:

- a) A fragmentação dos povoamentos;
- b) A execução de quaisquer novas edificações, com exceção de equipamentos de apoio à exploração e gestão florestal que não se localizem em barreira de proteção; c) A alteração da topografia do solo.

Art. 181º

Áreas Agrícolas em APC

1. Pertencem a esta categoria os espaços classificados no PDM como áreas da RAN, bem como as áreas que, embora não se encontrem integradas na RAN, têm um uso predominantemente agrícola.
2. Nestas áreas deverá ser observado o seguinte:
 - a) São interditas todas as ações que impliquem alteração ao seu uso dominante, salvo quando não diminuam ou destruam as suas aptidões ou potencialidades para a prática agrícola;
 - b) As construções existentes no interior destes espaços que obstem a um melhor aproveitamento do recurso agrícola são consideradas, salvo proposta explícita do Plano, como obstáculos a remover,
3. Constituem exceção ao disposto no número anterior:

- a) A construção ou a remodelação de habitações para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respetivos agregados familiares, desde que não existam alternativas viáveis de localização;
- b) A construção de edifícios de apoio à atividade agrícola e instalação de estufas e outros empreendimentos agropecuários, avícolas e agroindustriais;
- c) A reconstrução e remodelação de edifícios destinados a turismo rural, de acordo com a legislação específica aplicável, desde que não se localizem em barreira de proteção.

Art. 182º

Equipamentos em APC

1. Integram esta categoria de espaço as áreas de equipamentos recreativos e de lazer, turísticos e de saúde e de infraestruturas de estacionamento, saneamento básico e de apoio à pesca e aquicultura, incluindo os respetivos estabelecimentos conexos, existentes ou previstos nos PMOT, e preferencialmente afetas ao uso e fruição da orla costeira.
2. Nestas áreas é interdita:
 - a) A sua utilização com atividades não compatíveis com as referidas no nº 1;
 - b) A construção de edifícios e de infraestruturas não relacionados com as atividades mencionadas no nº1.
3. As novas construções previstas no presente artigo estão sujeitas à autorização da APA, I. P., sem prejuízo das restantes autorizações e pareceres, consoante o tipo de ocupação, e devem ter em conta os parâmetros constantes do quadro 1 do anexo II.
4. Nas parcelas onde já existam construções que excedem os parâmetros constantes do quadro 1 do anexo II, só são admitidas operações urbanísticas que não ultrapassem a área de implantação existente e cumpram a cêrcea de rés-do--chão mais um.
5. Excetuam-se do número anterior as obras de reconstrução e conservação de construções preexistentes, devidamente legalizadas.

Secção III Zonas Ameaçadas pelo Mar

Art. 183º

Âmbito

1. A barreira de proteção e as zonas de risco correspondem a áreas sujeitas a erosão costeira, passíveis de virem a constituir zonas ameaçadas pelo mar, nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com a atual redação.
2. Enquanto não ocorrer a classificação das zonas ameaçadas pelo mar, observar-se-á nestas áreas o disposto no presente Regulamento relativamente à barreira de proteção e zonas de risco.
3. Nos perímetros urbanos considerados como zonas de risco ou zona ameaçada pelo mar, aplica-se o regime previsto para estas zonas e o disposto no artigo 185º do presente Regulamento.

Art. 184º

Barreira de Proteção

1. A barreira de proteção inclui as faixas de APC consideradas indispensáveis para reter o avanço do mar, constituindo área *non aedificandi*.
2. Constitui exceção ao disposto no número anterior a construção de infraestruturas de saneamento básico.
3. A realização e autorização das ações constantes do nº 2 estão dependentes da obtenção de parecer favorável vinculativo da APA, I.P..

Art. 185º

Zona de Risco

1. A zona de risco inclui as faixas de áreas de APC e de UOPG, onde se prevê o avanço das águas do mar.
2. Até à delimitação dessas áreas como zonas ameaçadas pelo mar, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com a atual redação, observar-se-ão as seguintes restrições:
 - a) São proibidas novas construções fixas na margem das águas do mar, entendida de acordo com o disposto no artigo 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com a atual redação;
 - b) A aprovação de planos de urbanização e de pormenor, o licenciamento municipal de quaisquer operações de loteamento urbano, bem como de quaisquer obras, dependem de parecer vinculativo da APA, I.P..
 - c) Dos alvarás de loteamento, de licença ou autorização de construção e de utilização deve constar obrigatoriamente a menção de que a edificação se localiza em zona de risco.
3. A delimitação de uma zona de risco como zona ameaçada pelo mar será acompanhada por um conjunto de medidas destinadas a equacionar, se for o caso, a retirada progressiva das construções existentes nessa área.
4. Nas áreas atualmente sob jurisdição portuária, aplicar-se-á o disposto no presente artigo caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição do Ministério do Ambiente.

Secção IV

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Art. 186º

PPP2 (UOPG nº 1 do POOC – Núcleo Urbano da Praia de Carreço)

1. A UOPG do núcleo urbano da praia de Carreço será objeto de um plano de pormenor (PP), a promover pela Câmara Municipal de Viana do Castelo em articulação com a APA, I.P..
2. Constituem objetivos do plano mencionado no número anterior:
 - a) Prever a contenção da construção e a consolidação do aglomerado;
 - b) Reordenar a área de estacionamento, considerando a sua realocação, o ordenamento do coberto vegetal e a pavimentação adequada.
3. O plano terá em conta os parâmetros constantes do quadro 2 do anexo II ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante, devendo incidir, nomeadamente, sobre:
 - a) A edificação, no sentido de conter a sua expansão, salvo em situações em que se justifique uma colmatação dos espaços intersticiais existentes;

- b) Os espaços verdes, visando a recuperação dunar;
- c) A proteção costeira, equacionando a necessidade de enchimento artificial da praia.

Art. 187º

UOPG50 (UOPG nº 2 do POOC – Zona Piscatória da Pedra Alta)

1. A UOPG da zona piscatória da Pedra Alta será objeto de um plano de intervenção da iniciativa da APA, I.P., a elaborar em articulação com a Câmara de Viana do Castelo, que incidirá sobre a área do Domínio Público Marítimo (DPM).
2. Constituem objetivos do plano mencionado no número anterior:
 - a) Apoiar a atividade piscatória através, nomeadamente, da criação de infraestruturas dequadas de apoio ao sector (tais como obra de abrigo, lota, armazéns de aprestos, armazéns frigoríficos);
 - b) Salvar e recuperar a área da REN e do DPM;
 - c) Requalificar o núcleo, equacionando a possibilidade do seu aproveitamento turístico.
3. O plano terá em conta os parâmetros constantes do quadro 3 do anexo II ao presente Regulamento e incidirá, nomeadamente, sobre:
 - a) As edificações, definindo as regras que os edifícios a manter devem observar;
 - b) Os espaços verdes, reestruturando-os;
 - c) A possibilidade de construção de um quebra-mar;
 - d) As infraestruturas portuárias e a lota, armazéns frigoríficos e armazéns de aprestos a construir.

188º

Atos e atividades interditos

1. Nas áreas das UOPG identificadas nos artigos 186º e 187º e até à entrada em vigor dos planos referidos nos artigos anteriores, ficam interditos os seguintes atos e atividades:
 - a) A criação de novos núcleos populacionais;
 - b) A construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações em barreira de proteção ou zona de risco sem a obtenção de prévio parecer favorável da APA, I.P. na respetiva área de jurisdição ou nas áreas que lhe sejam contíguas, aplicando-se, nestes casos, o disposto nos artigos 184º, 185º e 186º do presente regulamento;
 - c) A instalação de explorações agrícolas, florestais e minerais ou a alteração das já existentes;
 - d) A alteração do coberto vegetal, a destruição da compartimentação existente de sebes vivas ou mortas, bem como muros de pedra, e a sua substituição por soluções não tradicionais;
 - e) A abertura de novas vias de comunicação ou acessos, bem como o alargamento das já existentes, e obras de beneficiação que impliquem a destruição do coberto vegetal;
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 184º, 185º e 186º, a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou instalações rege-se pelos parâmetros definidos no quadro n.º 2 do anexo II do presente regulamento.”
3. É aditado ao regulamento do PDM o anexo II:

Anexo II

Quadro nº 1

Parâmetros para as áreas de equipamentos em APC

Uso e tipologia	Cércea máxima	COS máximo
Definidas no artigo 182º	R/C + 1	0,1
Equipamentos de saúde	R/C + 1	0,2

Quadro nº 2

PPP2 – Núcleo Urbano da Praia de Carreço

Edificabilidade			Infraestruturação		
Uso e tipologia	Cércea	COS máximo	Abastecimento de água	Recolha de efluentes	Recolha de resíduos sólidos
Habitação, comércio, hotelaria e equipamentos de apoio à praia	R/C + 1	0,3	A assegurar	A assegurar	A assegurar

Quadro nº 3

UOPG nº 50 – Zona Piscatória da Pedra Alta

Edificabilidade			Infraestruturação		
Uso e tipologia	Cércea	COS máximo	Abastecimento de água	Recolha de efluentes	Recolha de resíduos sólidos
Habitação e equipamentos	R/C + 1	0,3	A assegurar	A assegurar	A assegurar

Artigo 3º

Republicação

É republicado em anexo o Regulamento do PDM.

Anexo**“REPUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO DO PDM DE VIANA DO CASTELO****Capítulo I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º

Âmbito territorial

1. O Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo, adiante designado abreviadamente por PDMVC, abrange o território correspondente aos limites administrativos do Concelho de Viana do Castelo.

2. Todas as ações de licenciamento de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação, demolição, urbanização, operações de loteamentos, operações urbanísticas e trabalhos de remodelação de terrenos, bem como qualquer outra ação que tenha por consequência a transformação do revestimento ou do relevo do solo, ficam sujeitas às disposições contidas neste regulamento, cuja leitura é indissociável da documentação gráfica anexa que dele faz parte integrante, nomeadamente das plantas de Condicionantes e de Ordenamento.

Art. 2º

Natureza jurídica

O PDMVC tem a natureza de regulamento administrativo.

Art. 3º

Composição

1. O PDMVC é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento;
- c) Planta de Condicionantes;
- d) Planta de Condicionantes – Zonamento Acústico.

2. O PDM é acompanhado pelos seguintes elementos:

- a) Relatório;
- b) Planta de Enquadramento Regional;
- c) Planta da Situação Existente – Levantamento Tipológico do Edificado;
- d) Planta da Estrutura Ecológica Municipal;
- e) Estudos Complementares de Caracterização;
- f) Programa de execução;
- g) Planta da Rede Viária Classificada;
- h) Planta da Rede Viária Proposta;
- i) Plantas da caracterização da Rede Viária Existente – Tipo de Pavimento, Estado de Pavimento, Qualidade de Serviço, Funcionalidade, Estrangulamentos; j) Texto de Apoio – Rede Viária;
- l) Planta da REN – Reserva Ecológica Nacional;
- m) Texto de Apoio – Delimitação da REN;
- n) Planta das Ações Previstas em REN;
- o) Texto de Apoio – Ações Previstas em REN;
- p) Planta da RAN – Reserva Agrícola Nacional;
- q) Texto de Apoio – RAN;
- r) Planta de Ordenamento Florestal;
- s) Texto de Apoio – Ordenamento Florestal;
- t) Espaços Florestais – Planta de Ocupação de Solo 2004;
- u) Texto de Apoio - Planta de Ocupação de Solo 2004;
- v) Planta das Áreas Sujeitas a Regime Florestal;
- x) Planta das Áreas Percorridas por Incêndios nos Últimos Dez Anos;
- z) Cartografia de Risco – Componente de Perigosidade;
- aa) Texto de Apoio - Cartografia de Risco – Componente de Perigosidade;
- bb) Planta dos Recursos Geológicos;
- cc) Texto de Apoio - Recursos Geológicos;

- dd) Mapa de Suscetibilidade de Riscos Geológicos;
- ee) Texto de Apoio - Suscetibilidade de Riscos Geológicos;
- ff) Planta do Património Cultural Construído e Arqueológico;
- gg) Planta de Equipamentos e Empreendimentos Turísticos;
- hh) Planta de Saneamento Básico – Sistema Municipal de Abastecimento de Água;
- ii) Planta de Saneamento Básico – Sistema Municipal de Drenagem de Águas Residuais;
- jj) Texto de Apoio - Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Sistema Municipal de Drenagem de Águas Residuais;
- ll) Planta do Zonamento Acústico;
- mm) Planta de Zonas de Expansão para Zonamento Acústico;
- nn) Texto de Apoio - Zonamento Acústico;
- oo) Relatório de Ponderação das participações recebidas em sede de Discussão Pública e respetivos anexos;
- pp) Relatório com indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor.
- qq) Relatório com indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor.

Art. 4º

Definições

Para efeitos do presente diploma, entende-se que:

1. Alinhamento dominante – Projeção horizontal do conjunto de planos de fachada que num determinado arruamento dista a mesma distância do eixo da via e que constituem o número maioritário de casos de situação de planos de fachada.
2. Anexos – Dependências cobertas não incorporadas no edifício principal e destinadas ao uso complementar do fogo ou fração autónoma.
3. Área Bruta de Construção – Somatório das áreas brutas dos pavimentos encerrados de uma construção, medidas pela face exterior dos elementos que garantem o seu encerramento.
4. Área de Impermeabilização – Somatório da área total de implantação com a área resultante dos solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente em arruamentos, estacionamento, logradouros, equipamentos desportivos e outros.
5. Área de Proteção Costeira – APC – Parcela de território situada na faixa de intervenção do POOC considerada fundamental para a estabilidade do litoral, na qual se pretende preservar os locais e paisagens notáveis ou característicos do património natural e cultural da orla costeira, bem como os espaços necessários à manutenção do equilíbrio ecológico, incluindo praias, rochedos e dunas, áreas agrícolas e florestais, zonas húmidas e estuários.
6. Cave – Parte do edifício em que pelo menos 60% do seu volume se encontra enterrado.
7. Cércea – Dimensão vertical da construção, medida em metros ou em número de pisos de pé-direito mínimo regulamentar, a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios (chaminés, casa das máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.). Em situações específicas de edifícios confinantes com dois ou mais arruamentos onde se verifiquem desníveis topográficos, o critério a adotar deve precisar qual a fachada que é tomada como referência, contemplando sempre a coerência global.

8. Cércea dominante - Número de pisos dos edifícios de um determinado arruamento (incluindo nesse valor os pisos recuados) que constituem o valor da cércea que de forma maioritária ocorre do mesmo lado dessa via.
9. Revogado.
10. Colmatação – Intervenção que visa a obtenção de situação semelhante, sob o ponto de vista da morfologia urbana, da tipologia edificada e da volumetria, à observada na envolvente.
11. Empreendimento Turístico – Estabelecimento que se destina a prestar serviços de alojamento temporário, restauração ou animação de turistas, dispondo, para o seu funcionamento, de um conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.
12. Equipamento – Instalações e locais destinados a atividades de formação, ensino e investigação, saúde e higiene, segurança social e pública, cultura, lazer, educação física, desporto, abastecimento público, culto e outros de interesse público e de utilização coletiva.
13. Espaços adjacentes – Espaços com limites total ou parcialmente comuns.
14. Estabelecimento industrial – Totalidade da área coberta e não coberta sob responsabilidade do industrial onde seja exercida uma ou mais atividades industriais, independentemente da sua dimensão, do número de trabalhadores, do equipamento ou de outros fatores de produção.
15. Estudo de Enquadramento – O estudo de enquadramento deve abranger a zona de intervenção e uma área envolvente que permita avaliar o impacto e adequabilidade da pretensão e deve ser constituído pelo seguinte conjunto de elementos:
 - a) Peças escritas, desenhadas e outras que se julguem relevantes para a sua compreensão, designadamente as relativas à modelação do terreno, ao derrube e plantação de árvores e execução de infraestruturas;
 - b) Definição dos princípios gerais de ocupação do solo, alinhamentos, volumetria dos edifícios, rede viária, arranjo dos espaços livres e execução de infraestruturas, mediante a apresentação de plantas, alçados e cortes às escalas convenientes, bem como perspetivas, axonometrias e fotografias da maqueta, sempre que se justifique;
 - c) Levantamento cadastral, sempre que se justifique;
 - d) Quando a viabilidade da proposta condicionar a ocupação de terrenos vizinhos, pode a Câmara Municipal solicitar a apresentação de documento subscrito pelos proprietários abrangidos pelo estudo, no qual manifestem a sua concordância com as propostas nele contidas.
16. Estudo Urbanístico – O estudo urbanístico constitui uma ferramenta destinada a testar opções urbanísticas para uma determinada área. Assume um carácter informativo e exemplificativo de como, nessa mesma área, poderão ser concretizados os objetivos urbanísticos do Município no quadro do regulamentado no PDM. Possui um carácter dinâmico e adaptável a solicitações que podem ser apresentadas pela Câmara Municipal ou por outras entidades públicas ou privadas. É constituído por peças escritas, desenhadas e/ou outras que se julguem relevantes para a sua compreensão.
17. Índice de construção – É o quociente entre a área bruta de construção, excluindo as caves, e a superfície de terreno que serve de base à operação urbanística.
 1. Para efeitos de cálculo de índice de construção, devem ser adicionadas à área bruta de construção as seguintes áreas:
 - a) As áreas cobertas não encerradas que ultrapassem a distância de 1,5m, medidas na perpendicular relativamente aos planos de fachada;
 - b) As áreas das caves que ultrapassem a distância de 1,5m, medidas na perpendicular relativamente aos planos de fachada.

2. Na quantificação da superfície de terreno que serve de base à operação urbanística devem atender-se aos seguintes princípios:
 - a) Deve apenas ser considerada a área da propriedade inserida na categoria de espaço sobre a qual incide a operação urbanística;
 - b) A esta área podem ser somadas as áreas públicas adjacentes de vias e espaços verdes infraestruturados pelo promotor, desde que delimitados previamente de acordo com a Câmara Municipal e desde que sejam respeitados os princípios e os critérios edificatórios definidos para a respetiva categoria de espaços e seja devidamente justificada por estudo de enquadramento que acautele a sua correta integração na envolvente;
 - c) Podem ainda somar-se áreas adjacentes já doadas pelo promotor para a instalação de equipamentos públicos ou realização de infraestruturas, desde que sejam respeitados os princípios e critérios edificatórios definidos para a respetiva categoria de espaços.
18. Índice Volumétrico de Construção – É o quociente entre o volume bruto de construção e a superfície do terreno que serve de base à operação urbanística.
 - a) Na quantificação do volume bruto de construção deve ser usado o valor da área bruta de construção usado para efeitos do cálculo de índice de construção;
 - b) Na quantificação da superfície de terreno que serve de base à operação urbanística deve ser usado o valor considerado para efeitos do cálculo de índice de construção.
19. Obras de Alteração – Obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea.
20. Obras de Ampliação – Obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente.
21. Obras de Conservação – Obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza.
22. Obras de Construção – Obras de criação de novas edificações.
23. Obras de Reconstrução – Obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos.
24. Profundidade de um Edifício – Distância máxima compreendida entre os planos de fachada anterior e posterior de um edifício, considerados acima do nível do solo.
25. Solário – Volume construído sobre coberturas planas, de natureza complementar relativamente ao programa do fogo, e afetos à fração sobre a qual se localiza, não podendo em caso algum constituir fração autónoma e possuir acessos independentes.
26. Tipologia – Classificação das construções, tendo como referência o tipo de relações formais que as partes estabelecem entre si e que o conjunto estabelece com os limites da parcela onde se insere.
27. Tipologias em Banda – Edificações com um número superior a duas unidades funcionalmente autónomas geminadas através de empenas comuns.
28. Tipologias em Bloco – Edificações com várias unidades que possuem acessos verticais e/ou horizontais comuns.
29. Tipologias Geminadas – Edificações com uma empena comum.

30. Tipologias Isoladas – Edificações com o máximo de duas unidades independentes que se relacionam com as parcelas envolventes através de uma área de logradouro privado, devendo, para efeitos do disposto no presente Regulamento, considerar-se inserida nesta tipologia, o conjunto constituído por duas edificações geminadas através de uma empena comum.
31. Unidades funcionais – Espaços de um edifício que, independentemente da função ou uso, são autónomos ou autonomizáveis.
32. Obras de reabilitação de edifícios – A forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às frações eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas.
33. Via existente consolidada – Via existente cujas características físicas são suficientes para garantir a sua adequabilidade face ao serviço prestado ou previsto pelo plano.
34. Anteparaia - Zona terrestre, correspondendo a uma faixa de largura variável compreendida entre o limite interior do areal e as áreas de estacionamento ou acesso viário.
35. Zona dunar - Área constituída pelo conjunto de dunas, cordões ou sistemas dunares existentes ou passíveis de se formarem através de ações de revestimento ou de reposição dunar.
36. Coeficiente de ocupação do solo (COS) - Quociente entre a área de implantação das edificações e a área do lote.

Capítulo II

CONDICIONANTES - SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 5º **Regime**

Na área de intervenção do PDM é aplicável a legislação específica relativa às Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública assinaladas na Planta de Condicionantes.

Art. 6º **Identificação**

Na área de intervenção do PDM encontram-se as seguintes Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

1. Domínio Hídrico:
 - a) Leitos de Cursos de Água e das Águas do Mar;
 - b) Zonas Ameaçadas pelas Cheias;
 - c) Captações de Água e respetivas Áreas de Proteção – Imediata, Intermédia e Alargada;
 - d) Área sob Jurisdição Portuária.
2. Recursos Geológicos:
 - a) Águas de Nascente;
 - b) Massas Minerais;
 - c) Depósitos Minerais;
 - d) Áreas com Concessão / Contrato de Exploração;
 - e) Áreas de Proteção.

3. Áreas de Reserva, Proteção e Conservação da Natureza:

- a) Reserva Ecológica Nacional – REN;
- b) Reserva Agrícola Nacional – RAN;
- c) Rede Natura 2000;
- d) Áreas Sujeitas ao Regime Florestal;
- e) Áreas Percorridas por Incêndios;
- f) Perímetros de Emparcelamento;

4. Património Edificado e Natural:

- a) Imóveis Classificados / Em Vias de Classificação;
- b) Zonas de Proteção ao Património;
- c) Zonas *non-aedificandi* de proteção ao Património;
- d) Árvores de Interesse Público.

5. Infraestruturas Básicas:

- a) Coletores / Emissários;
- b) Conduções Adutoras;
- c) Linhas de Alta Tensão;
- d) Linhas de Média Tensão;
- e) Linhas de Alta Tensão Subterrâneas;
- f) Postos Elétricos;
- g) Gasoduto / Espaço Canal.

6. Infraestruturas de Transportes e Comunicações:

- a) Itinerários Principais;
- b) Itinerários Complementares;
- c) Estradas Nacionais;
- d) Estradas Regionais;
- e) Estradas Municipais;
- f) Caminhos Municipais;
- g) Ferrovias;
- h) Feixes Hertzianos;
- i) Faróis e outros Sinais Marítimos.

7. Equipamentos e outros Estabelecimentos:

- a) Áreas de Proteção a Edifícios Escolares;
- b) Áreas de Proteção a Equipamentos de Saúde;
- c) Áreas de Proteção a Depósitos ou Fábricas de Produtos Explosivos;
- d) Estabelecimentos Industriais.

8. Defesa Nacional e Segurança Pública:

- a) Áreas de Servidão Militar;
- b) Áreas de Proteção a Estabelecimentos Prisionais;
- c) Área de Proteção à Polícia de Segurança Pública;
- d) Área de Proteção ao Governo Civil.

9. Cartografia:

- a) Marcos Geodésicos.

Capítulo III

USO DO SOLO

Secção I

Classificação do Solo Rural e Urbano

Art. 7º

Classificação do solo

Em termos de classificação, o território abrangido pelo PDM compreende dois tipos de solo, de acordo com o destino básico de cada um:

- a) O Solo Rural;
- b) O Solo Urbano.

Art. 8º

Identificação do Solo Rural

1. O Solo Rural, destinado a ser usado em atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, bem como os espaços naturais de proteção ou de lazer, integra: a) Os Espaços Agrícolas;
 - b) Os Espaços Florestais;
 - c) Os Espaços de Exploração Mineira;
 - d) Os Espaços Naturais;
 - e) Os Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural;
 - f) Os Espaços de Apoio à Atividade Piscatória;
 - g) Os Espaços de Usos Múltiplos.
2. Algumas áreas de Solo Rural foram integradas nas Áreas de Elevado Valor Paisagístico, dado o papel importante desempenhado na percepção da paisagem.

Art. 9º

Identificação do Solo Urbano

1. O Solo Urbano, destinado a ser usado no processo de urbanização e de edificação, integra:
 - a) O Solo Urbanizado;
 - b) O Solo de Urbanização Programada;
 - c) Os Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano.

Secção II

Estrutura Ecológica Municipal EEM

Art. 10º

Caracterização e Objetivo

1. A Estrutura Ecológica Municipal possui um carácter transversal e consiste na junção de categorias de espaços fundamentais para a qualificação ambiental do território municipal, ao nível do enquadramento paisagístico, da manutenção de corredores e áreas importantes na preservação dos sistemas ecológicos, na proteção e valorização de recursos singulares, na prevenção de riscos naturais, etc.

2. Pretende-se com esta visão mais alargada relativamente a conceitos mais restritos, como por exemplo o da REN, integrar numa mesma estrutura um conjunto de elementos com níveis de proteção e regulamentação diferentes, capazes de materializar o equilíbrio pretendido entre paisagem natural e paisagem construída, com reflexos positivos na qualidade de vida e na fruição do território.

Art. 11º

Identificação

Integram a EEM as seguintes categorias de espaços:

1. De solo rural:
 - a) Zonas Florestais de Proteção;
 - b) Zonas Florestais de Conservação / Compartimentação;
 - c) Zonas Florestais do Domínio Silvo-Pastoril;
 - d) Todas as categorias integradas nos Espaços Naturais;
 - e) Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural.
2. Os Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano.
3. Todas as categorias integradas nas Áreas de Proteção e com Risco.

Secção III

Orla Costeira Caminha - Espinho

Art. 11º - A

Identificação e Regime

1. A Orla Costeira corresponde à área de aplicação do POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho, identificada na Planta de Ordenamento do PDM.
2. Integra as áreas prioritárias para a estabilidade da faixa litoral e contenção de riscos, sujeitas a diferentes níveis de proteção e uso.
3. São aplicáveis a esta área do território municipal as disposições do Capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo IV

SOLO RURAL

Secção I

Disposições Gerais

Art. 12º

Qualificação do Solo Rural

A qualificação do solo rural encontra-se estruturada do seguinte modo:

1. Espaços Agrícolas
2. Espaços Florestais
 - a) Zonas Florestais de Produção;
 - b) Zonas Florestais de Proteção;

- c) Zonas Florestais de Conservação / Compartimentação;
 - d) Zonas Florestais do Domínio Silvo – Pastoril.
3. Espaços de Exploração Mineira
- a) Zonas para Indústrias Extrativas Existentes;
 - b) Áreas com Interesse para a Prospecção de Recursos Geológicos.
4. Espaços Naturais
- a) Zonas de Rochedos Emersos do Mar, Praias, Ínsuas e Sapais;
 - b) Leitos de Cursos de Água;
 - c) Lagoas;
 - d) Zonas de Mata Ribeirinha;
 - e) Galerias Ripícolas;
 - f) Zonas de Vegetação Rasteira e Arbustiva;
 - g) Zonas de Mata de Proteção Litoral;
 - h) Zonas de Pastagem de Montanha.
5. Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural
6. Espaços de Apoio à Atividade Piscatória
7. Espaços de Usos Múltiplos

Art. 12º-A

Condição Geral de Edificabilidade no Solo Rural

A edificabilidade nestas áreas fica condicionada às seguintes condições:

- a) Que a parcela seja servida por via pública com infraestruturas mínimas, designadamente eletricidade, abastecimento de água e saneamento;
- b) Caso se verifique a inexistência de alguma ou da totalidade das infraestruturas referidas na alínea anterior, poderá ser aceite a adoção de soluções individuais, ficando a cargo dos interessados a implementação e manutenção das infraestruturas básicas, nomeadamente dos sistemas de saneamento, de abastecimento de água, de eletricidade e de gás, bem como da rede viária e acessos pelo período mínimo previsto pelo RJUE.

Secção II

Espaços Agrícolas

Art. 13º

Caracterização

- 1. Estes espaços, delimitados na Planta de Ordenamento, caracterizam-se pela sua aptidão agrícola atual ou potencial e destinam-se à prática da atividade agrícola.
- 2. Alguns destes espaços encontram-se classificados cumulativamente como “Áreas de Elevado Valor Paisagístico”, dado o papel desempenhado na estrutura paisagística do Concelho.

Art. 14º

Regime

- 1. Nos Espaços Agrícolas inseridos na RAN deve ser observada a aplicação deste regime.
- 2. Poderão ser viabilizadas as utilizações não agrícolas previstas no Regime da RAN, nos termos definidos no referido Regime, nas áreas não classificadas como “Áreas de Elevado Valor Paisagístico”.

3. Nos Espaços Agrícolas abrangidos pelo POOC Caminha – Espinho, devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Art. 15º

Edificabilidade

1. Os Espaços Agrícolas de Elevado Valor Paisagístico são *non aedificandi*, não sendo permitidas quaisquer construções, de carácter definitivo ou precário, incluindo estufas e painéis publicitários.
2. Excetuam-se do número anterior:
 - a) A construção de estruturas de apoio à atividade agrícola contempladas em outros instrumentos de gestão do território de maior pormenor;
 - b) A execução de obras de conservação, reconstrução e alteração de edifícios existentes à data de entrada em vigor do PDM, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta existente nos edifícios habitacionais;
 - c) A construção de infraestruturas e de empreendimentos turísticos de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável.
3. A construção nos restantes Espaços Agrícolas só é possível para os fins e nas condições a seguir discriminadas:
 - a) Os descritos no ponto anterior;
 - b) As utilizações não agrícolas previstas no Regime da RAN, nos termos definidos no referido Regime;
 - c) No caso de edifícios habitacionais existentes, são permitidas obras de reconstrução e alteração, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta de construção existente ou até aos 200m² de área bruta de construção;
 - d) A construção de estruturas relacionadas com as atividades agropecuária e agroflorestal;
 - e) A ampliação de outras estruturas produtivas existentes e de reconhecido interesse municipal, admitindo-se a ampliação até 50% da área bruta de construção existente;
 - f) A construção de equipamentos de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável.

Secção III Espaços Florestais

Subsecção I Disposições Gerais Aplicáveis ao Espaços Florestais

Art. 16º

Caracterização

1. Os Espaços Florestais, compreendendo uma grande variedade de elementos interdependentes, são importantes para o equilíbrio ecológico, ambiental e paisagístico, contribuindo para o desenvolvimento económico e social, desde que regulados por uma política de sustentabilidade, preservação e valorização dos ecossistemas e dos recursos naturais.
2. Alguns destes espaços encontram-se classificados cumulativamente como “Áreas de Elevado Valor Paisagístico”, dado o papel desempenhado na estrutura paisagística do Concelho.

Art. 17º

Regime

1. Nos Espaços Florestais inseridos na REN deve ser observada a aplicação deste regime.

2. As ações a desenvolver nos Espaços Florestais de Elevado Valor Paisagístico, nomeadamente todas as operações de instalação de povoamentos, silvicultura, gestão e exploração florestal, devem:
- Contemplar a preservação dos núcleos de vegetação natural existentes constituídos por espécies florestais de folhosas autóctones;
 - Ser previamente submetidas à apreciação das entidades competentes, incluindo a Câmara Municipal, sendo interditas todas as operações que impliquem um impacto paisagístico negativo;
 - Ser preferencialmente antecedidas pela execução de plano ou projeto de maior pormenor.

Art. 18º

Edificabilidade

- A construção nos Espaços Florestais é condicionada e sujeita a parecer vinculativo da entidade competente.
- Os Espaços Florestais de Elevado Valor Paisagístico são *non aedificandi*, não sendo permitidas quaisquer novas construções, de carácter definitivo ou precário.
- Excetua-se do disposto no número anterior:
 - A execução de obras de conservação, reconstrução e alteração de edifícios existentes à data de entrada em vigor do PDM, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta existente nos edifícios habitacionais;
 - A construção de infraestruturas de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável;
 - A construção de instalações de vigilância e combate a fogos florestais;
 - A construção de infraestruturas e de empreendimentos turísticos de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável.
- A construção nos restantes Espaços Florestais só é possível para os fins e nas condições a seguir discriminadas:
 - Os previstos no número anterior;
 - No caso de edifícios habitacionais existentes, são permitidas obras de reconstrução e alteração, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta de construção existente ou até aos 200m² de área bruta de construção;
 - A construção de estruturas de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável;
 - A construção de equipamentos de apoio à exploração e gestão destes espaços, nomeadamente, acessibilidades, charcas e lagoas de retenção;
 - A ampliação de outras estruturas produtivas existentes e de reconhecido interesse municipal, admitindo-se a ampliação até 50% da área bruta de construção existente.

Subsecção II Zonas Florestais de Produção

Art. 19º

Caracterização

Estas zonas, identificadas na Planta de Ordenamento, localizam-se em áreas não incluídas da REN, sobretudo em encostas com declives inferiores a 30%.

Art. 20º

Regime

Para estas áreas, aplica-se o disposto na legislação específica em vigor.

Subsecção III

Zonas Florestais de Proteção

Art. 21º

Caracterização

1. Estas zonas, identificadas na Planta de Ordenamento, inserem-se predominantemente na REN e correspondem predominantemente às encostas com maior risco de erosão.
2. Nestas zonas privilegia-se a proteção do solo contra a erosão e a estabilização do regime hídrico, assim como a flora e a fauna que lhe estão associadas.

Art. 22º

Regime

1. Deve adotar-se um aproveitamento florestal compatível com a proteção do solo e a melhoria da cobertura vegetal, através da implementação de práticas culturais adequadas.
2. Nas margens das linhas de água devem ser preservadas ou reintroduzidas as espécies ripícolas e, na sua envolvente, até uma distância de mínima de 25 m perpendicular às margens e em função das condições edáficas, devem reservar-se faixas de proteção predominantemente arborizadas com folhosas autóctones.
3. Nas operações de limpeza de matos e povoamentos devem utilizar-se preferencialmente métodos que não impliquem a mobilização do solo em profundidade.
4. É interdita a destruição de linhas de drenagem natural.
5. São condicionadas a mobilização e preparação do solo e a atividade de exploração florestal, estando sujeitos a parecer e autorização prévia das entidades competentes.

Subsecção IV

Zonas Florestais de Conservação/Compartimentação

Art. 23º

Caracterização

1. Estas zonas, identificadas na Planta de Ordenamento, inserem-se predominantemente na REN e correspondem predominantemente a áreas de compartimentação do espaço florestal, nas quais se desenvolvem as funções essenciais de conservação dos recursos hidrológicos, do solo e da biodiversidade e situam-se predominantemente ao longo de determinadas plataformas e linhas de cumeeada e em áreas onde o risco de erosão não é muito acentuado.
2. Estas zonas podem ainda abranger zonas mais declivosas para garantir a compartimentação efetiva dos espaços.

Art. 24º

Regime

1. As ações para estas zonas devem privilegiar a conservação dos valores e recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade.
2. Dado o papel exercido de compartimentação do espaço contra o fogo, deve promover-se a substituição gradual das espécies mais combustíveis, como o pinheiro bravo e o eucalipto e o controle das invasoras lenhosas.

3. As plantações a realizar devem, sempre que possível e em função das condições edáficas, privilegiar a escolha de folhosas, nomeadamente Quercíneas ou ainda uma composição mista com resinosas de folha curta mais resistentes ao fogo.
4. As plantações a realizar não devem apresentar carácter de produção intensiva, mas sim assegurar a compartimentação do espaço na perspectiva de defesa contra incêndios e da conservação dos recursos naturais.
5. São proibidas quaisquer ações que possam diminuir ou pôr em causa o equilíbrio destas zonas.

Subsecção V

Zonas Florestais do Domínio Silvo-Pastoril

Art. 25º

Caracterização

1. Os Domínios Silvo-pastoris, representados na Planta de Ordenamento, englobam áreas predominantemente de planalto abaixo dos 600m, sendo tradicionalmente ocupadas por núcleos arbóreos, gramíneas e matos rasteiros, vocacionadas para a silvo pastorícia e outros usos múltiplos florestais.
2. Nestas zonas verificam-se ainda condições para a realização de atividades recreativas e de lazer.

Art. 26º

Regime

1. A atividade de pastoreio é compatível com estas zonas, desde que não se verifique concorrência com os objetivos principais de proteção do solo e das águas.
2. É permitido o pastoreio sob coberto de povoamentos florestais adultos.

Secção IV

Espaços de Exploração Mineira

Subsecção I

Zonas para Indústrias Extrativas Existentes

Art. 27º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e destinam-se exclusivamente à exploração de recursos minerais.

Art. 28º

Regime

O acesso e o abandono da atividade de pesquisa e de exploração de recursos geológicos fazem-se no âmbito do cumprimento da legislação específica em vigor.

Art. 29º

Edificabilidade

Nestes espaços é admissível a instalação dos respetivos anexos e de outros estabelecimentos industriais que se prendam com a atividade transformadora afim, desde que sejam localizados dentro da área de exploração.

Subsecção II

Áreas com Interesse para a Prospeção de Recursos Geológicos

Art. 30º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e constituem as áreas do território onde pode vir a ocorrer a atividade de Indústria Extrativa.

Art. 31º

Regime

1. O acesso e o abandono da atividade de pesquisa e de exploração de recursos geológicos dentro destas áreas fazem-se no âmbito do cumprimento da legislação específica em vigor.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a atividade de exploração de recursos geológicos é compatível com o uso dos espaços Agrícolas e Florestais, desde que previamente autorizada pela entidade competente.

Secção V

Espaços Naturais

Subsecção I

Disposições Gerais Aplicáveis aos Espaços Naturais

Art. 32º

Caracterização

Os Espaços Naturais, além de constituírem uma dimensão física fundamental na caracterização do povoamento e do seu ordenamento, imprescindível à sustentabilidade de um sistema territorial em constante mutação, representam também um valioso recurso, com valor intrínseco e de usufruto para toda a comunidade.

Art. 33º

Regime

1. Nos Espaços Naturais inseridos na REN e na Rede Natura 2000 deve ser observada a aplicação dos respetivos regimes.
2. Nos Espaços Naturais abrangidos pelo POOC Caminha - Espinho devem ser observadas as disposições contidas no capítulo X do presente Regulamento.

Art. 34º

Edificabilidade

1. Os Espaços Naturais de Elevado Valor Paisagístico são *non aedificandi*, não sendo permitidas quaisquer novas construções, de carácter definitivo ou precário.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior:
 - a) A execução de obras de conservação, reconstrução e alteração de edifícios existentes à data de entrada em vigor do PDM, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta existente nos edifícios habitacionais;
 - b) A construção de infraestruturas de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável;

- c) A construção de instalações de vigilância e combate a fogos florestais.
3. A construção nos restantes Espaços Naturais só é possível para os fins e nas condições a seguir discriminadas:
- a) Os previstos no número anterior;
 - b) No caso de edifícios habitacionais existentes, são permitidas obras de reconstrução e alteração, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta de construção existente ou até aos 200m² de área bruta de construção;
 - c) A construção de estruturas de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável;
 - d) A construção de equipamentos de apoio à exploração e gestão destes espaços;
 - e) A recuperação e ampliação de aquiculturas existentes e construção de estruturas necessárias ao seu funcionamento.

Subsecção II

Rochedos Emersos do Mar, Praias, Ínsuas e Sapais

Art. 35º

Caracterização

Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e integram as zonas costeiras.

Art. 36º

Regime

1. Estas zonas integram a REN, pelo que ficam em tudo sujeitas ao seu regime.
2. Devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.
3. Para efeitos do número anterior, deve entender-se que os Rochedos Emersos do Mar e as Praias correspondem, respetivamente às Áreas de Rochedos em APC e às Áreas de Praias em APC.

Subsecção III

Leitos de Cursos de Água

Art. 37º

Caracterização

Os Leitos de Cursos de Água encontram-se representados na Planta de Ordenamento e integram o conjunto da rede hidrográfica.

Art. 38º

Regime

1. Estas áreas submetem-se inteiramente às disposições legais sobre o Domínio Hídrico em vigor.
2. Sem prejuízo das propostas de construção de açudes, de trabalhos de limpeza nos leitos, margens e obras de condução de águas existentes, todas as ações que impliquem a alteração do leito natural e margens e/ou a interrupção da circulação das águas ficam sujeitas a projeto de recuperação paisagística.
3. Dada a escala utilizada nos elementos gráficos que integram o PDMVC, a representação destas linhas não contém o rigor suficiente para servir de base à definição precisa da constituição das respetivas áreas de proteção, pelo que as pretensões para estas zonas devem ser acompanhadas de levantamento topográfico onde sejam representadas de forma rigorosa as cotas e as curvas de nível existentes.
4. Quando os terrenos objeto de licenciamento forem intersectados por estas linhas deve obrigatoriamente ser colhido parecer da entidade competente.

Subsecção IV Lagoas

Art. 39º

Caracterização

As Lagoas encontram-se representadas na Planta de Ordenamento e correspondem a zonas alagadas, naturais ou artificiais, com água proveniente do lençol freático, de qualquer forma de precipitação atmosférica ou de cursos de água.

Art. 40º

Regime

Estas áreas integram a REN, pelo que ficam em tudo sujeitas ao seu regime.

Subsecção V Zonas de Mata Ribeirinha

Art. 41º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem às faixas de vegetação arbórea e arbustiva situadas nas margens dos cursos de água, onde ocorrem determinadas espécies ripícolas.
2. São incluídas nesta categoria de espaços as áreas agroflorestais ocupadas por pinhais e povoamentos de folhosas autóctones abrangidas pelo sítio Rio Lima da Rede Natura 2000.

Art. 42º

Regime

1. As intervenções nestas zonas devem assegurar a estabilidade natural, preservar e manter a riqueza biológica e a conservação dos valores paisagísticos.
2. As intervenções nestas áreas devem ser orientadas no sentido da sua conservação e valorização, através da manutenção e recuperação dos povoamentos florestais autóctones, de operações de manutenção, recuperação e estabilização das margens com base nas espécies arbustivas e arbóreas ripícolas e controle da vegetação infestante.

Subsecção VI Galerias Ripícolas

Art. 43º

Caracterização

As galerias ripícolas encontram-se representadas na Planta de Ordenamento e correspondem às faixas de vegetação arbórea e arbustiva situadas nas margens dos cursos de água, onde ocorrem determinadas espécies ripícolas, nomeadamente choupo, salgueiro, ulmeiro, amieiro e freixo.

Art. 44º

Regime

1. Nestas zonas deve ser aplicado o regime da categoria de solo ao qual as galerias ripícolas se sobrepõem.
2. As intervenções nestas zonas devem ser orientadas no sentido da manutenção, recuperação e estabilização das margens com base nas espécies arbustivas e arbóreas ripícolas e o controle da vegetação infestante.

Subsecção VII

Zonas de Vegetação Rasteira e Arbustiva

Art. 45º

Caracterização

Estas Zonas encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento e integram todas as áreas que ocupam fundamentalmente a antepraia e as zonas dunares, incluindo-se ainda nesta categoria, pelas suas características específicas, o promontório de Montedor.

Art. 46º

Regime

Nestas zonas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção VIII

Zonas de Mata de Proteção Litoral

Art. 47º

Caracterização

Estas zonas encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento, exercem funções de proteção e estabilização dos solos arenosos próximos do litoral e integram as áreas florestais em APC previstas no POOC Caminha - Espinho, as áreas florestais abrangidas pelo Sítio Litoral Norte da Rede Natura 2000 e áreas de floresta adjacente.

Art. 48º

Regime

Nestas zonas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção IX

Zonas de Pastagem de Montanha

Art. 49º

Caracterização

Estas zonas encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento, localizam-se na Serra de Arga, predominantemente em altitudes acima dos 600m, e estão abrangidas pelo Sítio Serra de Arga da Rede Natura 2000.

Art. 50º

Regime

1. O pastoreio nestas zonas deve ser devidamente ordenado e em regime de intensificação variável no espaço e no tempo, de acordo com as ações de melhoramento das pastagens e dos métodos de manejo dos gados.
2. Podem ser admitidos outros usos, desde que não conflituem com a preservação do equilíbrio natural e dos ecossistemas, nomeadamente atividades recreativas e de lazer.

Secção VI

Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural

Art. 51º

Caracterização

1. Estes espaços encontram-se identificados na Planta de Ordenamento e destinam-se à instalação de infraestruturas que potenciem a fruição da componente ambiental e paisagística.
2. São incluídas nesta classe de espaços as praias fluviais existentes nas margens dos rios Lima e Neiva.
3. São incluídas nesta classe de espaços as áreas de apoio às praias previstas pelo POOC Caminha - Espinho.

Art. 52º

Regime

1. Nos Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural inseridos na REN e na Rede Natura 2000 deve ser observada a aplicação dos respetivos regimes.
2. Nos Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural abrangidos pelo POOC Caminha - Espinho devem ser observadas as disposições do capítulo X do presente Regulamento.

Art. 53º

Edificabilidade

1. Estes espaços devem ser objeto de projeto de arranjo urbanístico e paisagístico.
2. Pode ser admitida a edificação de equipamentos e estruturas de apoio a estes espaços, sempre que se encontrem previstos nos projetos referidos no número anterior.
3. São permitidas obras de conservação, reconstrução e alteração de edifícios existentes, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta de construção existente.

Secção VII

Espaços de Apoio à Atividade Piscatória

Art. 54º

Caracterização

Estes espaços encontram-se delimitados na Planta de Ordenamento e destinam-se à instalação de estruturas e infraestruturas de apoio à atividade piscatória.

Art. 55º

Regime

Nestes espaços devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Secção VIII

Espaços de Usos Múltiplos

Art. 56º

Caracterização

Estes espaços encontram-se delimitados na Planta de Ordenamento e, embora se encontrem degradados por uma ocupação ou atividade temporária, apresentam algum potencial de transformação, devendo ser privilegiados os usos que garantam a sua reabilitação, nomeadamente nas vertentes ambiental e paisagística.

Art. 57º

Edificabilidade

1. A edificabilidade nestas áreas fica condicionada à obtenção de reconhecimento de interesse municipal.
2. Nestes espaços pode ser autorizada a construção de estruturas, infraestruturas, empreendimentos turísticos e equipamentos.
3. Poderá ser autorizada a instalação de atividade empresarial de valor estratégico, desde que devidamente fundamentada.
4. Revogado.
5. No caso de edifícios habitacionais existentes, são permitidas obras de reconstrução e alteração, admitindo-se ampliação até 20% da área bruta de construção existente ou até aos 200m² de área bruta de construção.
6. Nestas áreas são interditas novas ocupações de tipo habitacional.

Capítulo V SOLO URBANO

Secção I Disposições Gerais

Art. 58º

Qualificação do Solo Urbano

A qualificação do solo urbano encontra-se estruturada do seguinte modo:

1. Solo Urbanizado
 - a) Zonas de Construção de Colmatação / Continuidade;
 - b) Zonas de Construção de Transição;
 - c) Zonas Industriais Existentes;
 - d) Zonas de Equipamentos Existentes;
 - e) Zonas de Empreendimentos Turísticos Existentes;
 - f) Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT.
2. Solo de Urbanização Programada
 - a) Zonas de Construção de Tipo I;
 - b) Zonas de Construção de Tipo II;
 - c) Zonas Industriais Propostas;
 - d) Zonas de Atividades Económicas;
 - e) Zonas de Equipamentos Propostos;
 - f) Zonas de Empreendimentos Turísticos Propostos.
3. Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano

Subsecção I Zonas Acústicas Sensíveis e Mistas

Art. 59º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes – Zonamento Acústico, dividem-se em Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e têm por objetivo assegurar a qualidade do ambiente sonoro, através do cumprimento de valores limite do nível sonoro contínuo equivalente, ponderado A, LAeq, do ruído ambiente exterior diurno e noturno.
2. As Zonas Sensíveis referidas no número anterior correspondem a áreas de uso existente ou previsto para habitação, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, sem funcionamento no período noturno.
3. As Zonas Mistas referidas no número 1 correspondem às áreas de uso existente ou previsto afetas a outros usos para além dos referidos no número anterior.

Art. 60º

Regime

1. Nas zonas classificadas pelo zonamento acústico deve ser garantido o seguinte:
 - a) As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*;
 - b) As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*; no período diurno e 55 dB(A) no período noturno.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, os indicadores de ruído diurno-entardecer-noturno (*Lden*) e indicador de ruído noturno (*Ln*), expressos em dB(A), são definidos de acordo com o Regulamento Geral do Ruído.
3. É interdito o licenciamento ou a autorização de novas construções para fins habitacionais e a construção de novas escolas ou hospitais ou similares enquanto se verificar, no local de implantação, violação dos valores limite fixados no número 1.
4. Excetuam-se do disposto no número anterior os novos edifícios habitacionais em zonas urbanas consolidadas, desde que essas zonas sejam abrangidas pelo plano municipal de redução de ruído, ou o projeto acústico da construção satisfaça outras condições de exceção definidas pelo Regulamento Geral do Ruído.
5. Para efeitos da observação do presente regime, poderá ser exigida aos interessados a recolha de dados acústicos da zona e o respetivo mapa acústico, observada a natureza do empreendimento.
6. Nos casos de licenciamentos na zona adjacente à EN 13 é obrigatória a apresentação dos elementos referidos no número anterior.

Subsecção II

Disposições Gerais aplicáveis às Zonas de Construção de Colmatação / Continuidade, de Transição, de Tipo I e de Tipo II

Art. 61º

Caracterização

Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento, caracterizam-se pela ocorrência ou pela previsão de processos de urbanização, cuja intensidade e carácter podem assumir variadas concretizações, como resultado de ações de infraestruturização, parcelamento, emparcelamento e construção, realizadas aos mais

diversos níveis e inscritas em dinâmicas demográficas, socioeconómicas e de promoção de solo urbano ao nível do território concelhio.

Art. 62º

Usos

1. As zonas de construção de Colmatação/Continuidade, de Transição e dos tipos I e II destinam-se essencialmente à localização de atividades habitacionais, comerciais, turísticas, equipamentos e serviços.
2. Nestes espaços são admissíveis outras atividades, nomeadamente industrial e de armazenagem, desde que daí não resultem condições de incompatibilidade com a atividade habitacional.
3. Considera-se que existem condições de incompatibilidade quando as atividades mencionadas no número anterior:
 - a) Deem lugar à produção de ruídos que violem o disposto na legislação em vigor aplicável ou que agravem as condições de salubridade;
 - b) Perturbem as condições de trânsito e de estacionamento, nomeadamente com operações de carga e descarga;
 - c) Constituam fator de risco para a integridade de pessoas e bens incluindo o risco de explosão, de incêndio ou de toxicidade;
 - d) Configurem intervenções que contribuam para a descaracterização ambiental e para a desqualificação estética da envolvente.

Art. 63º

Existência de infraestruturas

Sem prejuízo no disposto na Lei, é condição necessária para que um prédio seja apto para a edificação urbana:

1. Que seja servido por via pública com infraestruturas mínimas, designadamente eletricidade, abastecimento de água e saneamento, podendo ser aceite a adoção de soluções individuais, nos termos do presente regulamento.
2. Que nos arruamentos existentes sejam sempre salvaguardadas as boas condições de acessibilidade a veículos e peões, prevendo-se e impondo-se, se for necessário, a sua beneficiação, nomeadamente no que se refere ao traçado longitudinal e perfil transversal, à melhoria da faixa de rodagem, à criação ou reconstrução de passeios e à criação de áreas de estacionamento, de acordo com o previsto no artigo 147º.

Art. 64º

Frente mínima de lote

1. Os lotes destinados à edificação devem possuir uma frente para a via de acesso principal nunca inferior à da frente da construção que se pretende licenciar.
2. Podem ser admitidas exceções ao disposto no número anterior, desde que devidamente justificadas por estudo de enquadramento que acautele a sua correta integração na envolvente.

Art. 65º

Profundidade de construção

1. A profundidade das novas construções geminadas ou em banda não pode exceder 16m medidos entre os alinhamentos das fachadas opostas, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao plano de fachadas, com exceção de varandas não encerradas e palas.
2. Admitem-se valores superiores ao referido no número anterior nas seguintes situações:
 - a) Colmatação de empenas existentes;
 - b) Ao nível do rés-do-chão de edifícios destinados a equipamentos ou atividades comercial, industrial e serviços, desde que sejam salvaguardadas condições de salubridade para as parcelas vizinhas e observados os alinhamentos dominantes registados ao nível dos alçados posteriores;
 - c) Nas tipologias isoladas, desde que sejam garantidos os restantes critérios edificatórios definidos nas secções I, II e III do capítulo V do presente Regulamento e desde que se considere que não constitui rutura morfológica com a envolvente.

Art.66º

Alinhamentos e cérceas

1. Sem prejuízo para existência de critérios específicos definidos para cada classe de espaço, nas áreas para as quais não existam planos ou estudos de maior pormenor aprovados, as edificações a licenciar ficam definidas pelo alinhamento das fachadas e pela cércea dominante do conjunto em que se inserem, não sendo invocável a eventual existência de edifício(s) vizinho(s) ou envolvente(s) que exceda(m) a altura ou o alinhamento dominante do conjunto.
2. Nas áreas de equipamentos a cércea é definida caso a caso, consoante a função.
3. Os edifícios industriais ou de armazenagem incluídos nestas categorias de espaços não podem possuir uma cércea superior a 7m medida no ponto mais alto da cobertura.

Art. 67º

Construção de solários e águas furtadas

1. Nos edifícios habitacionais uni ou bifamiliares isolados ou em banda, admite-se a construção de solários ou de águas furtadas acima da cércea definida para cada categoria de espaço.
2. Os solários apenas são admitidos nos casos em que forem usadas soluções construtivas de coberturas planas, devendo os seus alinhamentos ser recuados no mínimo 3m relativamente aos planos de fachada.
3. Nos casos em que forem adotadas soluções construtivas constituídas por coberturas inclinadas, a constituição de águas furtadas não pode acarretar a ultrapassagem da cota de cumeeira, devendo os seus planos verticais ser recuados no mínimo 3m relativamente aos planos de fachada.
4. Nos casos referidos nos números anteriores, as áreas de solários e as áreas habitáveis de águas furtadas são contabilizadas para efeitos de cálculo de índice de construção.

Art. 68º

Afastamentos laterais e posteriores

Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor aplicável, devem ser garantidos os seguintes afastamentos:

1. A distância mínima entre fachadas e as extremas laterais não confinantes com o espaço público deve ser, no mínimo, igual a metade da altura da edificação, não podendo:
 - a) Ser inferior a 5m nos casos de fachadas onde existam vãos de compartimentos habitáveis;
 - b) Ser inferior a 3m nos casos de fachadas onde existam vãos de compartimentos não habitáveis;
 - c) Ser inferior a 1,5m no caso de fachadas sem qualquer vão.

2. No caso de edifícios geminados ou em banda, integrados em soluções de conjunto, ou no caso de edifícios com altura inferior a 3,5m, admite-se o seu encosto á estrema, sem prejuízo no disposto nas alíneas a) e b) do nº 1 e no número 2 do artigo 72º.
3. Revogado.
4. O afastamento entre a fachada e o limite posterior da parcela não pode ser inferior a 6m.
5. Nos casos em que se pretenda edificar anexos no limite posterior do lote, a distância entre as fachadas destes e do edifício principal não pode ser inferior a 6m.
6. Admitem-se soluções em desacordo com o disposto anteriormente nos casos em que seja constatável a inexistência de alternativa e se considere que o resultado não põe em causa a privacidade, a salubridade e a solução urbanística de conjunto.

Art. 69º

Revogado

Art. 70º

Anexos

1. Na construção de edifícios em bloco e em banda é admissível a construção de anexos em volume autónomo nas situações em que a natureza do terreno não permita a sua execução em cave.
2. Nos casos previstos no número anterior a área bruta de construção máxima de anexos em volume autónomo é de 25m² por fogo ou fração autónoma.
3. A área destinada a anexos é contabilizada no cálculo do índice de construção.

Art. 71º

Caves

1. As caves deverão destinar-se a estacionamento automóvel, não podendo os respetivos lugares, encerrados ou não, constituir frações autónomas, salvo no que exceder o previsto no artigo 147º.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá admitir-se ainda outro tipo de ocupação, desde que compatível com a utilização do edifício.

Art. 72º

Altura de meação

1. Qualquer construção nova ou alteração de cota de logradouros não pode originar alturas de elementos de meação superiores a 3,5m, exceto nas situações de empenas de encosto de construções em banda ou geminações.
2. Nos casos em que, dada a topografia do terreno, não seja possível o cumprimento do número anterior, deve ser salvaguardado que em todos os pontos dos elementos de meação não seja ultrapassado o limite definido por uma linha reta de 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior.
3. Não obstante o disposto nos números anteriores, é permitida a construção de um muro com a altura de 1,5m.

Art. 73º

Índices Urbanísticos

1. O índice de construção máximo e o índice volumétrico máximo de construção encontram-se definidos para as categorias de solo urbanizado e solo de urbanização programada.
2. Os índices referidos no número anterior podem ser ultrapassados nas seguintes situações:

- a) Intervenções localizadas em área abrangida por planos de pormenor eficazes;
- b) Intervenções de colmatação em parcelas que não tenham resultado de destaque.

Art. 74º

Construção Mínima Garantida

1. Independentemente dos índices definidos para cada uma das categorias de espaços, é admitida a construção de uma moradia unifamiliar com a área bruta de construção de 175m², incluindo anexos, desde que seja garantido o cumprimento dos restantes princípios e critérios edificatórios específicos definidos para a zona em causa.
2. O referido no número anterior não se aplica:
 - a) Às parcelas constituídas na sequência de destaque;
 - b) Às parcelas onde se verifique que existem parcelas contíguas pertencentes ao mesmo proprietário.

Subsecção III

Disposições Gerais aplicáveis às Zonas Industriais e às Zonas de Atividades Económicas

Art. 75º

Caracterização

As Zonas Industriais existentes e previstas e as Zonas de Atividades Económicas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e destinam-se à construção e ampliação de estabelecimentos industriais.

Art. 76º

Impermeabilização da superfície

Não são permitidas ocupações que impliquem uma impermeabilização superior a 75% da área abrangida pela operação urbanística.

Art. 77º

Existência de infraestruturas

Deve ser aplicado o disposto no Art. 63º do presente Regulamento.

Art. 78º

Impactes ambientais e condições de segurança

De acordo com as características da atividade em causa, deve ser observada a legislação aplicável e em vigor.

Art. 79º

Tratamento de efluentes e resíduos

Devem ser estudadas e implementadas, de forma individual ou coletiva, todas as medidas necessárias ao correto e eficaz tratamento de todos os resíduos e efluentes resultantes da atividade industrial.

Secção II Solo Urbanizado

Subsecção I

Zonas de Construção de Colmatação / Continuidade

Art. 80º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem aos aglomerados urbanos identificados no território, podendo caracterizar-se genericamente como áreas edificadas e infraestruturadas.
2. As pretensões para estas áreas devem ter em consideração os parâmetros da morfologia urbana e das tipologias da envolvente, no sentido de garantir a manutenção da sua continuidade.

Art. 81º

Tipologia

Devem ser adotadas soluções de continuidade relativamente às tipologias observadas na envolvente.

Art. 82º

Alinhamentos e cérceas

Devem ser adotadas soluções de continuidade relativamente às cérceas e alinhamentos observados na envolvente.

Art. 83º

Índices urbanísticos

1. Nestas zonas, os índices urbanísticos de referência são os índices mais elevados estabelecidos para as categorias de espaços adjacentes.
2. Para efeitos do número anterior, são excluídas as áreas com índice definido pelo Plano de Urbanização da Cidade - PUC.
3. Nos casos em que se verifica a inexistência de espaços adjacentes com índices urbanísticos estabelecidos, deve aplicar-se o índice de construção máximo de 0,30 e o Índice volumétrico máximo de construção de 0,90m³/m².

Subsecção II

Zonas de Construção de Transição

Art. 84º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e localizam-se entre aglomerados, apresentam-se pouco infraestruturadas e caracterizam-se por ocupação de baixa densidade, constituindo zonas de transição entre o solo urbano e o solo rural.
2. Nestas zonas deve ser privilegiada a adoção de medidas individuais e a cargo dos interessados no que se refere à implementação de sistemas coletivos de saneamento ou de melhoramentos ao nível da rede viária e acessos.

Art. 85º

Tipologia

Devem ser usadas preferencialmente tipologias isoladas.

Art. 86º

Cércea

1. A cércea máxima admitida é 2 pisos.
2. Nos casos de situações de colmatação, ou desde que contemplado em plano de pormenor, podem ser autorizados valores mais elevados.

Art. 87º

Índices urbanísticos

O índice de construção máximo para esta categoria de espaços é 0,30 e o Índice volumétrico de construção máximo é de 0,90 m³/m².

Subsecção III

Zonas Industriais Existentes

Art. 88º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e apresentam-se ocupadas por estabelecimentos industriais e respetivas infraestruturas.
2. Devem ser preferencialmente localizadas ou mantidas nestas áreas as atividades que acarretem maiores incompatibilidades com as áreas habitacionais.

Art. 89º

Edificabilidade

1. Os projetos de construção nova, reconversão, ampliação ou instalação de atividades complementares das estruturas existentes devem tomar em linha de conta as condicionantes de ordem topográfica, ambiental e funcional da envolvente, sem prejuízo de critérios edificatórios definidos em projetos e/ou planos aprovados e em vigor.
2. Nas zonas industriais pode ser usada 5% da área total de construção para a instalação de equipamentos, comércio e serviços de apoio.
3. Para os edifícios com uso habitacional existentes nestas áreas à data de entrada em vigor do PDM são permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, não podendo daí resultar alteração tipológica e devendo ser observados os critérios edificatórios da categoria de espaço adjacente.
4. Para os casos de alteração ou de ampliação deve o interessado apresentar declaração de renúncia à indemnização pelo aumento de valor resultante das obras em caso de futura expropriação.

Subsecção IV

Zonas de Equipamentos Existentes

Art. 90º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e apresentam-se já ocupadas por equipamentos.
2. Os equipamentos em APC são os seguintes:
 - a) Aquacultura, localizada em Affe;
 - b) Farol, localizado em Montedor, Carreço;
 - c) Forte de Paçô, localizado em Carreço;
 - d) Estação de tratamento de águas residuais, localizada em Areosa;
 - e) Forte do Rego da Vinha, localizado em Areosa

Art. 91º

Edificabilidade

1. Nestas zonas são admitidas intervenções de conservação, reconstrução, alteração e ampliação das estruturas existentes.
2. As intervenções referidas no número anterior estão sujeitas a uma análise individualizada, atendendo à especificidade funcional de cada equipamento, integração urbana, arquitetónica, ambiental e paisagística, bem como à observação da legislação aplicável.
3. Verificando-se a cessação do uso, admite-se a possibilidade de reconversão do equipamento, podendo, por decisão da Câmara Municipal, a área em causa integrar as categorias de espaços adjacentes.
4. Para os casos previstos no número anterior, aplicam-se os índices e restantes parâmetros urbanísticos definidos para a categoria de espaço na qual a área for integrada.
5. Aos equipamentos em APC, referidos no número 2 do artigo 90º aplica-se o disposto capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção V

Zonas de Empreendimentos Turísticos Existentes

Art. 92º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e apresentam-se ocupadas por empreendimentos turísticos.
2. Os empreendimentos turísticos existentes em APC são os seguintes:
 - a) Parque de campismo municipal no Cabedelo;
 - b) Parque de campismo do INATEL no Cabedelo.

Art. 93º

Edificabilidade

1. Nestas zonas são admitidas intervenções de conservação, reconstrução, alteração e ampliação das estruturas existentes.
2. As intervenções referidas no número anterior estão sujeitas a uma análise individualizada, atendendo à especificidade funcional de cada empreendimento, integração urbana, arquitetónica, ambiental e paisagística, bem como à observação da legislação aplicável.

3. Aos empreendimentos turísticos existentes em APC, referidos no nº 2 do artigo 92º, aplica-se o disposto capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção VI

Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT

Art. 94º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e localizam-se em zonas do território municipal para as quais existem PMOT em vigor.

Art. 95º

Regime

1. Encontra-se definido por cada um dos planos em causa, devendo ser observadas as disposições previstas nos respetivos regulamentos.
2. Em tudo o omissis aplica-se o disposto no presente Regulamento.

Secção III

Solo de Urbanização Programada

Subsecção I

Zonas de Construção de Tipo I

Art. 96º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento, são contíguas aos aglomerados urbanos e apresentam-se genericamente desocupadas e deficitárias em infraestruturas.
2. Pretende-se que estas áreas venham a constituir os núcleos urbanos de maior densidade, devendo para tal ser dotadas de infraestruturas e equipamentos.

Art. 97º

Tipologia

Podem ser utilizadas todas as soluções tipológicas.

Art. 98º

Cércea e alinhamentos

1. A cércea máxima admitida é 3 pisos para os edifícios em bloco e 2 pisos para as restantes tipologias.
2. Podem ser autorizados valores mais elevados, no caso de situações de colmatação ou desde que contemplado em plano de pormenor.
3. Nos casos em que não existam alinhamentos de referência já constituídos na envolvente ou previstos em plano de pormenor, os mesmos devem ser estabelecidos pela Câmara Municipal em sede de licenciamento ou em estudo de enquadramento a promover pelo interessado.

Art. 99º

Índices urbanísticos

O índice de construção máximo para esta categoria de espaços é 0,50 e o índice volumétrico de construção máximo é de 1,50m³/m².

Subsecção II Zonas de Construção de Tipo II

Art. 100º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento, são contíguas aos aglomerados urbanos e apresentam-se genericamente desocupadas e deficitárias em infraestruturas.
2. Pretende-se que estas áreas venham a constituir os núcleos urbanos de média densidade, devendo para tal ser dotados de infraestruturas e equipamentos.

Art. 101º

Tipologia

Deve ser privilegiado o uso de tipologias isoladas ou em banda, podendo ser autorizadas tipologias em bloco, desde que justificadas por estudo de enquadramento.

Art. 102º

Cércea e alinhamentos

1. A cércea máxima admitida é 2 pisos.
2. Podem ser autorizados valores mais elevados no caso de situações de colmatação ou desde que contemplado em plano de pormenor.
3. Nos casos em que não existam alinhamentos de referência já constituídos na envolvente ou previstos em plano de pormenor, os mesmos devem ser estabelecidos pela Câmara Municipal em sede de licenciamento ou em estudo de enquadramento a promover pelo interessado.

Art. 103º

Índices urbanísticos

O índice de construção máximo para esta categoria de espaços é 0,40 e o índice volumétrico de construção máximo é de 1,20m³/m².

Subsecção III Zonas Industriais Propostas

Art. 104º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e destinam-se à localização de estabelecimentos industriais e respetivas infraestruturas.
2. Devem ser preferencialmente localizadas nestas áreas as atividades que acarretem maiores incompatibilidades com as áreas habitacionais.

Art. 105º

Edificabilidade

1. A edificabilidade nestas zonas fica condicionada à execução de plano de pormenor, operação de loteamento ou estudo urbanístico aprovado.
2. Na elaboração dos estudos referidos no número anterior devem ser levados em linha de conta os seguintes princípios:
 - a) Constituição de faixas de proteção compostas por elementos naturais que minimizem o impacto volumétrico das construções;
 - b) Elaboração de estudos viários que garantam a ligação aos itinerários principais;
 - c) Elaboração de estudos de trânsito que garantam o bom funcionamento das soluções ao nível local.
3. O previsto no número 1 pode ser dispensado no caso de pedido de instalação para atividades empresariais de valor estratégico e de reconhecido interesse municipal.
4. Para os edifícios com uso habitacional existentes nestas áreas à data de entrada em vigor do PDM são permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, não podendo daí resultar alteração tipológica e devendo ser observados os critérios edificatórios da categoria de espaço adjacente.
5. Para os casos de alteração ou de ampliação deve o interessado apresentar declaração de renúncia à indemnização pelo aumento de valor resultante das obras em caso de futura expropriação.

Art. 106º

Frente mínima de lote

Os lotes destinados à edificação devem possuir uma frente para a via de acesso principal nunca inferior à da frente da construção que se pretende licenciar.

Art. 107º

Afastamentos

Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor aplicável, devem ser garantidos os seguintes afastamentos:

- a) As construções devem garantir afastamentos de 12,5m relativamente ao limite adjacente da faixa de rodagem e 5m aos limites laterais da parcela;
- b) Nos casos de construções em banda, devem ser garantidos nos extremos os afastamentos aos limites laterais e frontais referidos na alínea anterior;
- c) O afastamento entre a fachada e o limite posterior da parcela não pode ser inferior a 6m;
- d) Nos casos em que se pretenda edificar anexos no limite posterior do lote, a distância entre as fachadas destes e a do edifício principal não pode ser inferior a 6m.

Subsecção IV**Zonas de Atividades Económicas**

Art. 108º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e localizam-se nas proximidades dos aglomerados habitacionais.

2. Destinam-se a dotar o território municipal de uma rede de espaços destinada à localização de atividades comerciais, armazéns e indústrias, desde que, analisados os impactes sobre a envolvente e os riscos potenciais para a pessoa humana e sobre o ambiente, se revelem compatíveis com a função habitacional.

Art. 109º

Edificabilidade

1. A edificabilidade nestas zonas fica condicionada à execução de plano de pormenor, operação de loteamento ou estudo urbanístico aprovado.
2. Revogado
3. São permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes com usos residenciais, devendo ser observados os critérios edificatórios da envolvente.
4. Para os casos de alteração ou de ampliação deve o interessado apresentar declaração de renúncia à indemnização pelo aumento de valor resultante das obras em caso de futura expropriação.

Art. 110º

Afastamentos

Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor aplicável, devem ser garantidos os seguintes afastamentos:

- a) As construções devem garantir afastamentos de 7,5m relativamente ao limite adjacente da faixa de rodagem e 3m aos limites laterais da parcela;
- b) Nos casos de construções em banda, devem cumprir-se os afastamentos frontais referidos na alínea anterior e, nos extremos da banda, os afastamentos laterais referidos na mesma alínea;
- c) O afastamento entre a fachada e o limite posterior da parcela não pode ser inferior a 6m;
- d) Nos casos em que se pretenda edificar anexos no limite posterior do lote, a distância entre as fachadas destes e a do edifício principal não pode ser inferior a 6m.

Subsecção V

Zonas de Equipamentos Propostos

Art. 111º

Caracterização

Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e destinam-se à construção de equipamentos.

Art. 112º

Edificabilidade

1. As intervenções nestas zonas estão sujeitas a uma análise individualizada, atendendo à especificidade funcional de cada equipamento, integração urbana, arquitetónica, ambiental e paisagística, bem como à observação da legislação aplicável.
2. Quando da execução do projeto de equipamento previsto resultarem áreas sobrantes para as quais não se preveja afetação para ampliação daquele ou localização de outros equipamentos complementares, estas podem, por decisão da Câmara Municipal, integrar as categorias de espaços adjacentes.
3. Para os casos previstos no número anterior, aplicam-se os índices e restantes parâmetros urbanísticos definidos para a categoria de espaço na qual a área for integrada.

4. Para os edifícios com uso habitacional existentes nestas áreas à data de entrada em vigor do PDM são permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, não podendo daí resultar alteração tipológica e devendo ser observados os critérios edificatórios da categoria de espaço adjacente.
5. Para os casos de alteração ou de ampliação deve o interessado apresentar declaração de renúncia à indemnização pelo aumento de valor resultante das obras em caso de futura expropriação.

Subsecção VI Zonas de Empreendimentos Turísticos Propostos

Art. 113º

Caracterização

1. Estas zonas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e destinam-se à construção de empreendimentos turísticos.
2. Os empreendimentos turísticos propostos em APC são os seguintes:
 - a) Área ocupada pelo empreendimento Luziamar, no Cabedelo;
 - b) Área de empreendimento turístico previsto para a Amorosa;
 - c) Área ocupada pelo campo de futebol de Castelo do Neiva.

Art. 114º

Edificabilidade

1. As intervenções nestas zonas estão sujeitas a uma análise individualizada, atendendo à especificidade funcional de cada empreendimento, integração urbana, arquitetónica, ambiental e paisagística, bem como à observação da legislação aplicável.
2. Aos empreendimentos turísticos propostos em APC, referidos no nº 2 do artigo 113º, aplica-se o disposto no capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção VII Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano

Art. 115º

Caracterização

1. Estes espaços encontram-se delimitados na Planta de Ordenamento e destinam-se à construção de infraestruturas que potenciem a fruição da componente ambiental e paisagística.
2. Os espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano em APC são os seguintes:
 - a) Praia Norte, na União de Freguesias de Viana do Castelo (Monserrate e Stª Mª Maior) e Meadela;
 - b) Cabedelo, em Darque;
 - c) Espaço público em Amorosa Velha;
 - d) Espaço público em Castelo do Neiva.

Art. 116º

Edificabilidade

1. Estes espaços devem ser objeto de projeto de arranjo urbanístico e paisagístico.
2. Pode ser admitida a edificação de equipamentos e de estruturas de apoio a estes espaços, sempre que se encontrem previstos nos projetos referidos no número anterior.

3. Para os edifícios com uso habitacional existentes nestas áreas à data de entrada em vigor do PDM são permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, não podendo daí resultar alteração tipológica e devendo ser observados os critérios edificatórios da categoria de espaço adjacente.
4. Para os casos de alteração ou de ampliação deve o interessado apresentar declaração de renúncia à indemnização pelo aumento de valor resultante das obras em caso de futura expropriação.
5. Aos espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano localizados em APC, referidos no nº 2 do artigo 115º, aplica-se o disposto no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo VI

Áreas de Proteção e com Risco

Secção I

Áreas de Proteção à Paisagem e à Floresta

Subsecção I

Áreas de Elevado Valor Paisagístico

Art. 117º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem a zonas do território concelhio que, pela sua dimensão, continuidade e localização, desempenham um papel importante na perceção da paisagem.

Art. 118º

Regime

1. Estas áreas sobrepõem-se sempre a outras categorias de espaços, devendo ser observado o previsto no presente Regulamento para as mesmas.
2. As intervenções nestas áreas deverão acautelar a sua correta integração paisagística.

Subsecção II

Faixas de Gestão de Combustível

Art. 119º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, correspondem a faixas definidas de acordo com a legislação aplicável e desempenham um papel importante na proteção contra incêndios.

Art. 120º

Regime

Esta categoria sobrepõe-se a outras categorias de espaços, devendo, para além da observação dos respetivos regimes, ser implementadas as seguintes ações:

1. As decorrentes da legislação em vigor aplicável.
2. A gradual substituição das espécies arbóreas mais combustíveis, como o pinheiro bravo, o eucalipto e as acácias, por espécies que confiram maior proteção contra o fogo e que garantam um enquadramento adequado aos valores patrimoniais em presença.
3. Trabalhos de diminuição da carga combustível horizontal e vertical, através da limpeza e tratamento ou recolha de matos e controle de vegetação infestante.
4. Com vista à salvaguarda dos valores em presença, todas as operações de instalação de povoamentos, silvicultura, gestão e exploração florestal, devem ser previamente submetidas à apreciação das entidades competentes, incluindo-se a Câmara Municipal, sendo interditas todas as operações que impliquem um impacto paisagístico negativo.

Secção II

Áreas de Proteção ao Património Construído e Arqueológico

Subsecção I

Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação

Art. 121º

Caracterização

1. Os Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação encontram-se identificados nas plantas de Condicionantes, de Ordenamento e do Património, cuja leitura deve ser conjugada, e mereceram esta classificação devido ao reconhecimento do seu valor excecional.
2. As respetivas áreas de proteção, nomeadamente áreas *non-aedificandi* e Zonas Especiais de Proteção, encontram-se representadas na Planta de Condicionantes.

Art. 122º

Regime

Deve ser observado o disposto na legislação específica aplicável.

Subsecção II

Imóveis Não Classificados

Art. 123º

Caracterização

1. Os Imóveis Não Classificados encontram-se identificados nas plantas de Ordenamento e do Património.
2. A sua identificação deve-se ao reconhecimento do seu valor histórico, arquitetónico, urbanístico ou paisagístico.

Art. 124º

Regime

1. Qualquer pretensão para as áreas de proteção definidas na Planta do Património deve demonstrar qualidade arquitetónica e estética, bem como à sua adequabilidade face ao valor patrimonial em presença.
2. Relativamente aos achados arqueológicos deve ser observado o disposto na legislação específica aplicável.

Secção III Áreas com Risco

Subsecção I Disposições Gerais

Art. 125º

Caracterização

1. Estas áreas encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento e caracterizam-se pela sua maior suscetibilidade relativamente às propostas de ocupação que aí possam ocorrer, englobando as áreas de maior Risco de Erosão e de Avanço das Águas do Mar, bem como as Áreas Ameaçadas pelas Cheias e as Áreas de Barreira de Proteção.
2. Os fenómenos de erosão, de inundação e de avanço das águas do mar podem ocorrer fora das áreas de risco referidas no número anterior.

Subsecção II Áreas com Risco de Erosão

Art. 126º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem a zonas com declive superior a 30%.

Art. 127º

Regime

Quando os terrenos objeto de licenciamento se insiram, total ou parcialmente, em zonas com risco de erosão, os alvarás devem conter, obrigatoriamente a menção deste facto.

Subsecção III Áreas Ameaçadas pelas Cheias

Art. 128º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes e correspondem às áreas contíguas às margens dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela cheia com um período de retorno de 100 anos.

Art. 129º

Regime

Nestas áreas aplica-se o disposto na legislação específica em vigor.

Subsecção IV

Áreas com Risco de Avanço das Águas do Mar

Art. 130º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem às Zonas de Risco definidas pelo POOC Caminha – Espinho.

Art. 131º

Regime

Nestas áreas devem ser observadas as condições expressas capítulo X do presente Regulamento.

Subsecção V

Áreas de Barreira de Proteção

Art. 132º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e correspondem às Zonas de Barreira de Proteção definidas pelo POOC Caminha – Espinho.

Art. 133º

Regime

Nestas áreas devem ser observadas as condições expressas no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo VII

REDES DE INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS

Secção I

Zonas dos Itinerários do PRN

Art. 134º

Caracterização e Classificação

1. Estas zonas encontram-se representadas nas Plantas de Ordenamento e da Rede Viária e correspondem às áreas ocupadas ou previstas para a construção das faixas de circulação, nós, taludes e estações de serviço das vias constantes do Plano Rodoviário Nacional.
2. A classificação destas vias é feita de acordo com Plano Rodoviário Nacional.

Secção II

Rede Viária do PDM - RVPDM

Art. 135º

Âmbito e aplicação

Esta rede encontra-se representada nas Plantas de Ordenamento e da Rede Viária e abrange todas as vias de circulação rodoviária classificadas no âmbito do PDM.

Art. 136º

Objetivo

A classificação adotada para as vias existentes e propostas define uma rede capaz de servir eficazmente as funções realizadas e previstas, quer ao nível do âmbito territorial concelhio, quer da sua ligação com o exterior, destinada a apoiar o processo de decisão quanto ao estabelecimento de prioridades nos investimentos a realizar ao nível das vias de comunicação.

Art. 137º

Classificação

As vias constituintes da RVPDM encontram-se representadas nas plantas de Ordenamento e da Rede Viária segundo as seguintes categorias:

Rede Primária de Nível 1;

- a) Rede Primária de Nível 2;
- b) Rede Secundária de Nível 1;
- c) Rede Secundária de Nível 2;
- d) Rede Terciária.

Art. 138º

Perfis transversais

1. Os valores estabelecidos no anexo 1 ao presente regulamento constituem, para cada nível de classificação, o dimensionamento mínimo a adotar na construção de novas vias previstas na RVPDM.
2. Na construção de novas vias não integradas na RVPDM deverá ser sempre salvaguardada a implementação do perfil transversal adequado ao nível de serviço esperado, não podendo ser adotados valores inferiores aos previstos para a Rede Terciária.
3. Revogado
4. Revogado
5. Embora devam ser tomados como referência, podem ser adotados valores inferiores aos constantes no quadro referido no nº1 nas intervenções sobre vias pertencentes à RVPDM, existentes consolidadas ou existentes localizadas em áreas urbanas consolidadas, devendo ser feita a avaliação de cada situação, tendo em consideração, além do serviço previsto para a via, os valores patrimoniais, naturais ou ambientais em presença, bem como a proporcionalidade do investimento face aos resultados esperados.

Art. 139º

Normas para a gestão da RVPDM

1. As pretensões que se revelem suscetíveis de provocar alterações significativas no volume e tipo de tráfego ou nas condições globais de circulação, devem ser acompanhadas, sem prejuízo de outros estudos e projetos legalmente exigíveis, de um estudo de tráfego e de conceção global do sistema de acessos e estacionamento, nomeadamente no que concerne a cargas e descargas, fundamentando tecnicamente a proposta e permitindo a avaliação de impactes na rede rodoviária da respetiva área de influência direta.

2. Os acessos a terminais, centros intermodais e áreas de recolhas de transportes, garagens públicas ou privadas, armazéns, indústrias, oficinas, zonas de depósito e similares suscetíveis de provocar alterações significativas no volume e tipo de tráfego existente ou previsto, ou nas condições globais de circulação, só devem ser permitidos desde que:
 - a) Possuam zona de espera dentro da parcela de modo a que a entrada e saída de veículos se processe sem que daí resulte prejuízo para o tráfego da via principal;
 - b) O acesso seja objeto de um projeto de execução a aprovar pela Câmara Municipal, devidamente fundamentado, assegurando as características necessárias no que diz respeito à sua geometria, pavimento, drenagem e sinalização;
 - c) Disponham de zonas de estacionamento próprio, integradas no lote, cujo dimensionamento deve ser objeto de justificação.
3. Para além do disposto nos números anteriores deste artigo, na gestão da Rede Primária de nível 1 e 2 devem aplicar-se ainda as seguintes normas:
 - a) Os acessos a estas vias, independentemente das características que venham a ser definidas para cada uma, devem ser localizados e dimensionados de modo a garantir condições de circulação e nível de serviço adequados a cada caso;
 - b) As paragens de transportes públicos devem, sempre que possível, ser executadas fora da faixa de rodagem;
 - c) O estacionamento deve efetuar-se fora das faixas de rodagem, em zonas especificamente destinadas a esse efeito.

Secção III

Rede Ferroviária

Art. 140º

Caracterização

Esta rede encontra-se representada nas plantas de Ordenamento, de Condicionantes e da Rede Viária e abrange todas as vias de circulação ferroviária existentes e propostas no território concelhio.

Art. 141º

Regime

Deve ser observado o disposto na legislação específica aplicável.

Secção IV

Espaços Canais

Art. 142º

Caracterização

Estes espaços encontram-se representados nas Plantas de Ordenamento e destinam-se à construção de rodovias e de ferrovias.

Art. 143º

Regime

1. Os espaços canais são áreas *non-aedificandi* até à aprovação de projeto que identifique de forma adequada a área necessária à sua execução.
2. Nos espaços canais rodoviários pode ser admitida a realização de obras de conservação em edifícios e estruturas.
3. Nos espaços canais ferroviários deve ser sempre consultada a entidade responsável pela sua gestão.

Art. 144º

Espaços canais rodoviários alternativos

1. Nos casos em se encontram definidas mais do que uma alternativa viária para a mesma ligação, o espaço canal referido no número anterior deixa de produzir efeito a partir da aprovação do projeto para a via escolhida.
2. O referido no número anterior aplica-se às vias V1, V2, V3, V4, V5, V6 e V7, representadas na Planta de Ordenamento e na Planta da Rede Viária.
3. Ao nível da Rede Terciária podem ser consideradas soluções alternativas às ligações propostas no PDM, desde que acompanhadas de estudo de enquadramento, aplicando-se, nestes casos, o disposto no número 1 deste artigo.

Capítulo VIII

PLANEAMENTO E GESTÃO

Secção I

Gestão

Subsecção I

Espaços Verdes e de Utilização Coletiva, Infraestruturas e Equipamentos

Art. 145º

Dimensionamento das Áreas para Espaços Verdes e de Utilização Coletiva, Infraestruturas e Equipamentos

1. No dimensionamento das áreas destinadas à construção de infraestruturas deve ser observado o disposto nos artigos 138º e 147º do presente Regulamento.
2. Os parâmetros para o dimensionamento dos espaços verdes de utilização coletiva são os seguintes:
 - a) Para tipologias isoladas – 28m² / fogo;
 - b) Para tipologias em banda e/ou em bloco – 28m² / 120m² de área bruta de construção para habitação;
 - c) Para todas as tipologias – 28m² / 100m² de área bruta de construção destinada a comércio e serviços;
 - d) Para estabelecimentos industriais e/ou armazéns – 23m² / 100m² de área bruta de construção.
3. Os parâmetros para o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva são os seguintes:
 - a) Para tipologias isoladas – 35m² / fogo;
 - b) Para tipologias em banda e/ou em bloco – 35m² / 120m² de área bruta de construção para habitação;
 - c) Para todas as tipologias – 25m² / 100m² de área bruta de construção destinada a comércio e serviços;

d) Para estabelecimentos industriais e/ou armazéns – 10m² / 100m² de área bruta de construção.

Art. 146º

Cedências

1. O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio sobre o qual incide uma operação de loteamento ou operação urbanística de impacte relevante cedem, gratuitamente e devidamente arranjadas e infraestruturadas, ao município, as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas, dimensionadas de acordo com o disposto no artigo anterior.
2. As áreas destinadas a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva devem possuir condições de acessibilidade que garantam a sua correta utilização.
3. Poderá ainda a Câmara Municipal, em casos devidamente fundamentados, aceitar a substituição da cedência por compensação.
4. Quando da aplicação do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 145º resultarem áreas inferiores a 500 m², não haverá lugar a cedência, ficando no entanto o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação.
5. A compensação referida nos números 3 e 4 do presente artigo poderá ser em numerário ou espécie, nos termos definidos em Regulamento Municipal.
6. Para efeitos dos números anteriores, consideram-se operações urbanísticas de impacte relevante aquelas que se encontrem definidas como tal em Regulamento Municipal.

Subsecção II

Estacionamento

Art. 147º

Lugares de estacionamento

1. Qualquer operação urbanística que diga respeito a um loteamento, uma nova construção ou a uma construção existente, sempre que exista uma alteração à área de construção ou ao uso autorizado que se traduza num agravamento das condições existentes, deverá assegurar dentro do lote ou parcela que ocupa o estacionamento privado suficiente para responder às suas necessidades próprias, garantindo, no mínimo, um lugar de estacionamento por:
 - a) Fogo ou unidade de utilização;
 - b) Cada 100m² de área bruta de construção, no caso de tipologias habitacionais em bloco ou em banda, nunca podendo corresponder este valor a menos de um lugar por fogo;
 - c) Cada 100m² de área de comércio e serviços, nunca podendo corresponder este valor a menos de um lugar por cada unidade funcional autónoma;
 - d) Cada 20 lugares de salas de espetáculos ou outros lugares de reunião;
 - e) Cada 150m² de área industrial ou de armazenagem, nunca podendo corresponder este valor a menos de um lugar por cada unidade funcional autónoma;
 - f) Nos Empreendimentos Turísticos deverá ser observada a legislação aplicável.
2. Sem prejuízo do disposto no nº anterior, qualquer operação urbanística que diga respeito a um loteamento, a uma nova construção ou a uma construção existente, sempre que exista uma alteração à área de construção ou ao uso autorizado que se traduza num agravamento das condições existentes, deverá assegurar a constituição das áreas de estacionamento públicas adequadas à função proposta, garantindo, no mínimo:

- a) Zonas de Colmatação / Continuidade – um lugar por fogo ou unidade funcional autónoma, exceto em loteamentos que deem origem a novos arruamentos e/ou que constituam 5 ou mais lotes, onde devem ser aplicados os valores referidos em c) do presente número;
 - b) Zonas de Construção do Tipo I – um lugar por cada 100m² de área bruta de habitação, em número nunca inferior a um lugar por fogo e um lugar por cada 25m² de área bruta de comércio e serviços;
 - c) Zonas de Construção do Tipo II – três lugares de estacionamento por cada dois fogos e um lugar por cada 50m² de área bruta de comércio e serviços;
 - d) Zonas de Construção de Transição – um lugar por unidade funcional autónoma;
 - e) Zonas Industriais e de atividades económicas – um lugar para ligeiros por cada 120m² de área bruta de construção e um lugar para pesados por cada 500m² de área bruta de construção, exceto nos casos em que existam atividades comerciais e/ou de serviços, onde devem ser aplicados os valores referidos em b);
 - f) O número de lugares referido nas alíneas anteriores não poderá ser inferior a um lugar por unidade funcional autónoma;
 - g) Empreendimentos Turísticos – um lugar por cada 5 unidades de alojamento nos empreendimentos turísticos localizados em solo urbano, não podendo este número ser inferior a dois lugares por estabelecimento.
3. No cálculo dos lugares de estacionamento a assegurar nas operações urbanísticas referidas nos nºs anteriores que digam respeito a construções existentes, deve ser considerado o saldo resultante da diferença entre o nº total de lugares de estacionamento exigíveis face ao novo uso proposto e o nº de lugares existentes a manter.
 4. No interior das malhas urbanas consolidadas pode ser dispensada a criação de estacionamento público ou privado no interior da parcela sujeita à operação urbanística sempre que se verifique a sua inconveniência ou impossibilidade, tecnicamente justificada, por razões de ordem cadastral, topográfica ou ainda por razões relacionadas com o valor arquitetónico em causa.
 5. Nas pretensões habitacionais para as Zonas de Construção de Colmatação / Continuidade e de Transição pode ser dispensada a criação de estacionamento público se tal procedimento contribuir para a descaracterização ambiental da área de intervenção.
 6. Nos casos referidos em 4 e 5 deve haver lugar ao pagamento de taxa de compensação definida em Regulamento Municipal, destinada à criação de estacionamento alternativo.

Subsecção III

Normas para execução do Plano

Art. 148º

Sistemas de execução

1. Podem ser usados todos os sistemas de execução previstos pela legislação aplicável e em vigor.
2. A aplicação dos sistemas referidos no número anterior pressupõe a delimitação prévia de unidades de execução onde sejam estabelecidos:
 - a) O índice médio de utilização;
 - b) A área de cedência média;
 - c) O regime de compensações.

Secção II
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) com Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) eficazes

Subsecção I

Área de aplicação de Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha - Espinho

Art. 149º

Caracterização

Esta área encontra-se delimitada na Planta de Ordenamento.

Art. 150º

Regime

1. Nesta área deve ser observado o previsto no capítulo X do presente Regulamento.
2. Em tudo o omissa aplica-se o disposto no presente Regulamento.

Subsecção II

Áreas de aplicação de Planos de Pormenor (PP)

Art. 151º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes e são identificadas com as seguintes designações:

- a) Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia – PP1;
- b) Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo – PP2;
- c) Plano de Pormenor do Parque da Cidade de Viana do Castelo – PP3.

Art. 152º

Regime

1. Deve ser observado o previsto nas respetivas disposições Regulamentares.
2. Em tudo o omissa aplica-se o disposto no presente Regulamento.

Secção III
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão Propostas

Subsecção I

Planos de Pormenor Propostos

Art. 153º

Caracterização

Estas áreas encontram-se delimitadas nas Plantas de Ordenamento e identificadas com as seguintes designações:

- a) Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1 – PPP1;

b) Núcleo Urbano da Praia de Carreço – PPP2.

Art. 154º

Regime

1. Na área abrangida pelo PPP1 e até à aprovação do Plano, a edificabilidade restringe-se a obras de conservação reconstrução e alteração.
2. Na área abrangida pelo PPP2 e até à aprovação do Plano, a edificabilidade rege-se pelo previsto no capítulo X do presente Regulamento.
3. Após aprovação dos Planos, as regras urbanísticas são as preconizadas pelo respetivo regulamento.

Subsecção II

Outros tipos de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Art. 155º

Caracterização

As UOPG encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento.

Art. 156º

Objetivo

A delimitação destas áreas possibilita a identificação de zonas sobre as quais devem incidir estudos ou planos com um nível de tratamento mais detalhado, bem como definir prioridades de intervenção, permitindo uma melhor coordenação de meios e otimização de investimentos.

Art. 157º

Classificação

As UOPG foram agrupadas segundo 9 tipos, consoante os objetivos estabelecidos, tendo sido definidas para cada caso, regras comuns de abordagem e proposta urbanística.

Art. 158º

UOPG de Tipo 1 – Espaço Canal

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 15,16,58, 63.
2. Os estudos para estas áreas devem proporcionar abordagens de carácter abrangente, tendo como principal objetivo garantir a estruturação do tecido urbano afetado pela construção da acessibilidade em causa.
3. Os estudos referidos no número anterior podem ser elaborados pela Câmara Municipal ou pelos interessados.
4. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 159º

UOPG de Tipo 2 – Áreas de expansão

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 17, 18, 19, 20, 21.

2. Para estas áreas, pouco estruturadas em termos urbanísticos, prevê-se o crescimento e a consolidação do tecido urbano.
3. As propostas para estas áreas devem proporcionar abordagens de carácter abrangente, devendo qualquer ação edificatória ser precedida de estudo urbanístico ou respeitar estudo anterior considerado válido pela Câmara Municipal e que já tenha sido adotado como orientador de propostas para a mesma zona.
4. O estudo referido no número anterior poderá ser dispensado nas operações de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes.
5. As propostas devem prever a dotação destas áreas de espaços públicos, estrutura viária, equipamentos, bem como garantir a correta integração na envolvente.
6. O estudo urbanístico pode ser elaborado pela Câmara Municipal ou pelos interessados e abranger toda a área ou parte da área, de acordo com proposta aprovada pela Câmara Municipal.
7. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 160º

UOPG de Tipo 3 – Áreas Industriais e Áreas de Atividades Económicas

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 1, 3, 8, 9, 10, 11, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 37, 42, 46, 47, 48, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 62, 65.
2. Os estudos para estas áreas devem garantir a estruturação e ordenamento do território abrangido pela UOPG, de modo a promover uma ocupação racional, rentável e equilibrada do espaço, acautelando os impactes provocados na envolvente.
3. Qualquer nova edificação deverá ser precedida de estudo urbanístico ou respeitar estudo anterior considerado válido pela Câmara Municipal e que já tenha sido adotado como orientador de propostas para a mesma zona.
4. O estudo urbanístico pode ser elaborado pela Câmara Municipal ou pelos interessados e abranger toda a área ou parte da área, de acordo com proposta aprovada pela Câmara Municipal.
5. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 161º

UOPG de Tipo 4 – Áreas Urbanas a Reconverter

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 22, 43, 49, 52, 57.
2. Estas áreas apresentam deficiências ou inexistência de infraestruturas básicas, associadas inúmeras vezes a casos de construção de génese ilegal ou deficiente inserção no território.
3. A identificação de áreas desta natureza permite a avaliação das condições existentes e o desenvolvimento de planos ou estudos cujo objetivo é o de contribuir para a resolução de situações desfavoráveis tanto em termos urbanísticos como sociais.
4. Prevê-se a realização de plano ou estudo urbanístico que estabeleça regras no tratamento do espaço público e que promova o levantamento das necessidades ao nível da construção e do apoio técnico.
5. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 162º

UOPG de Tipo 5 – Zonas Ambientalmente Degradadas

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 4, 35, 36, 39, 40, 41, 54, 61.
2. Estas áreas apresentam-se ambientalmente degradadas.
3. A edificabilidade nestas áreas fica condicionada à obtenção de reconhecimento de interesse municipal e à execução de Plano de Pormenor ou de projeto global para toda a área que garanta a sua reabilitação, nomeadamente nas vertentes ambiental e paisagística.
4. Não obstante, a Câmara Municipal poderá definir o faseamento dos estudos referidos no ponto anterior, bem como da ocupação da área.
5. Independentemente do respetivo regime, poderão ser autorizadas ocupações de carácter extraordinário, sob o ponto de vista funcional e morfológico, nomeadamente com estruturas, infraestruturas, empreendimentos turísticos e equipamentos públicos ou privados.
6. Nestas UOPG poderá, mediante reconhecimento de interesse municipal, ser autorizada atividade económica de valor estratégico.
7. Não são admitidas novas ocupações habitacionais.

Art. 163º

UOPG de Tipo 6 – Centralidades

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 5, 12, 14, 33, 38, 44, 45, 66.
2. Estas áreas, cuja relação com a envolvente lhes confere um papel de referência territorial, apresentam dimensões variáveis e encontram-se localizadas em pontos centrais ou com características de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções.
3. Os Planos ou estudos urbanísticos devem procurar o ordenamento e ocupação do território, tendo presente a necessidade de melhoria ou de criação de espaço público de qualidade, assim como da localização de equipamentos e da articulação viária e pedonal.
4. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 164º

UOPG de Tipo 7 – Áreas de Equipamentos

1. As UOPG deste tipo encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento com os seguintes números: 2, 7, 13, 64.
2. Estas áreas caracterizam-se por apresentarem boa acessibilidade e localização em zonas cuja relação com o território envolvente permite admitir que o novo equipamento venha a prestar um serviço significativo aos futuros utentes.
3. Antecedendo a instalação do equipamento deve ser ponderado o impacte da nova presença e os seus efeitos no sistema urbano.
4. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento.

Art. 165º

UOPG de Tipo 8 – Espaço Público de Recreio e Lazer no Cabedelo

1. Esta UOPG encontra-se delimitada na Planta de Ordenamento com o número 31.
2. Abrange uma área onde já existem algumas infraestruturas de apoio à praia e uma área que o Plano de Expansão do Porto de Mar prevê afetar ao uso público de recreio e lazer, complementado pela instalação de estruturas de apoio.
3. O projeto a desenvolver para esta UOPG deverá promover a criação de condições para a promoção das atividades relacionadas com a fruição do rio e do mar, nas suas componentes recreativa, de lazer, turística e desportiva.
4. A edificabilidade nestas áreas rege-se pelo definido na Planta de Ordenamento e nas disposições do presente Regulamento, incluindo as condições expressas no capítulo X.

Art. 166º

UOPG de Tipo 9 – Zona Piscatória da Pedra Alta

1. Esta UOPG encontra-se delimitada na Planta de Ordenamento com o número 50.
2. Esta zona será objeto de plano de intervenção.
3. O plano referido no número anterior deverá promover o apoio à atividade piscatória, através da criação de infraestruturas adequadas e requalificar o núcleo habitacional, equacionando a possibilidade do seu aproveitamento turístico.
4. Não obstante o referido nos pontos anteriores, aplica-se sempre o previsto no capítulo X do presente Regulamento.

Capítulo IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

Art. 167º

Revisão

O PDMVC deve ser revisto antes de decorrido o prazo de 10 anos, nos termos do definido na legislação aplicável.

Art. 168º

Direito à Informação

A Câmara Municipal de Viana do Castelo tem de manter sempre disponíveis para consulta os elementos que compõem o PDMVC.

Art. 169º

Alterações à Legislação

Os conditionalismos impostos por qualquer remissão referida neste Regulamento deixarão de produzir efeito se as disposições legais para que remetem forem revogadas, sem que seja promulgada legislação de substituição.

Art. 170º

Regulamentação Complementar

1. Para as áreas de aplicação de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor aprovados deverão ser aplicadas as disposições previstas nos respetivos regulamentos.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Regulamento, a Câmara Municipal de Viana do Castelo pode estabelecer regulamentação complementar, destinada a regular o exercício de ações específicas dentro do âmbito territorial concelhio.
3. A regulamentação municipal em vigor pode ser mantida após a entrada em vigor do PDM, desde que não contrarie as disposições nele contidas.

Art. 171º

Omissões e vigência

1. Qualquer situação não prevista no presente Regulamento deve observar o disposto na demais legislação vigente.
2. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Art. 172º

Norma Transitória

1. O PDMVC não afeta a validade dos atos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas, de informações prévias ou atos de aprovação de projetos de arquitetura, emitidos até à data de sua entrada em vigor, continuando tais operações a ser reguladas pelo PDM agora revogado.
2. O PDMVC também não é aplicável aos processos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas, pendentes à data da sua entrada em vigor, que tenham sido precedidos e se conformem com o conteúdo de informação prévia válida no momento em que foram iniciados.

Art. 173º

Revogação de PMOT

1. É revogado o PDM de Viana do Castelo, publicado por despacho do Ministro do Planeamento e Administração do Território no Diário da República nº 301, Série II, 7º Suplemento, de 31 de Dezembro de 1991, alterado pela Declaração nº 91/98, publicada no Diário da República nº 66, Série II, de 19 de Março.
2. É revogado o Plano de Pormenor da Praça 1º de Maio, aprovado em 11 de Abril de 1984 e com registo publicado no Diário da República, Série II, de 17 de Agosto de 1993.

Art. 174º

Alteração do PUC

1. O PDM altera a delimitação, o regime e a designação das áreas que integram o solo rural e o solo urbano abrangido pela área de aplicação do PUC.
2. O PDM altera os traçados, a classificação e o regime aplicáveis à rede viária na área de aplicação do PUC.
3. As áreas remanescentes da aplicação dos pontos 1 e 2, quando integradas em solo urbano, são classificadas como Zonas de Edifícios Uni ou Bifamiliares, submetendo-se ao respetivo regime.
4. As áreas incluídas na área de aplicação de PUC que, no âmbito do processo de revisão do PDM, passam a integrar o solo urbano, são classificadas como Zonas de Edifícios Uni ou Bifamiliares, submetendo-se ao respetivo regime.
5. Excetua-se do definido no número anterior a área localizada na Freguesia da Meadela, Lugar da Argaçosa, entre a Rua da Veiga e a via integrada na Rede Secundária de Nível 1 Proposta, que é classificada como Zonas de Edifícios Multifamiliares.

6. São aplicáveis à área do PUC as normas de Planeamento e Gestão previstas no presente Regulamento, nomeadamente as que dizem respeito ao regime de cedências e de dimensionamento de áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas, equipamentos e estacionamento.
7. São revogadas as seguintes UOPG previstas no PUC:
 - a) UP6 – Plano de Pormenor para a Área a Sul da Sr.^a das Areias;
 - b) UP7 – Plano de Pormenor para o Lugar da Areia em Darque;
 - c) UE2 – Estudo da Área de Enquadramento Paisagístico da Areosa;
 - d) UE3 – Estudo de Reconversão do Núcleo Adjacente à Estrada de S. Mamede em Areosa;
 - e) UE4 – Estudo para a Área Adjacente à EN13 no Lugar do Meio em Areosa;
 - f) UE8 – Estudo para o Interface de Transportes;
 - g) UE9 – Estudo para o Complexo Desportivo Regional e Área Envolvente na Meadela;
 - h) UE10 – Estudo para a Área Sul do Bairro da Belavista na Abelheira;
 - i) UE11 – Estudo de Reconversão do Bairro da Cova na Meadela;
 - j) EU12 – Estudo para a Área Destinada à Edificação Não Habitacional da Meadela;
 - l) UE13 – Estudo para a Área do Matinho na Meadela;
 - m) UE14 – Estudo para a Pista de Remo e Área Envolvente em Darque;
 - n) UE15 – Estudo para o Lugar da Sardoeira em Darque;
 - o) UOPG UP9 – Plano de Pormenor para o Lugar de S. Mamede em Areosa;
 - p) UOPG 6 / UE 5 – Estudo de Reconversão do Bairro dos Cabeços em Areosa
8. São alteradas as designações e os limites das seguintes UOPG previstas no PUC:
 - a) UP2 – Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade;
 - b) UP3 – Plano de Pormenor da Área Oriental da Cidade;
 - c) UP5 – Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima entre a Ponte Eiffel e o Cais Velho em Darque;
 - d) UP8 – Plano de Pormenor para a Área Envolvente ao Nó Rodoviário do IC1 entre Darque e Mazarefes;
 - e) US2 – Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Cidade.
9. As UOPG referidas no nº anterior são redelimitadas pelo previsto na Planta de Ordenamento do PDM, passando a ter, respetivamente, as seguintes designações:
 - a) Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia;
 - b) Plano de Pormenor do Parque da Cidade de Viana do Castelo;
 - c) Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1;
 - d) d) UOPG 34;
 - e) Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo.
10. São alteradas as designações das seguintes UOPG previstas no PUC:
 - a) Revogado
 - b) Plano de Salvaguarda e Valorização do Casco Antigo de Darque;
11. As UOPG referidas no nº anterior passam a ter, respetivamente, as seguintes designações:
 - a) Revogado;
 - b) Plano de Pormenor para o Casco Antigo de Darque.
12. É revogado o artigo 97º do PUC.

Capítulo X

ORLA COSTEIRA CAMINHA - ESPINHO

Secção I

Disposições Gerais

Art. 175º

Atos e atividades interditos

1. Nesta área são interditas as seguintes atividades:
 - a) A instalação de aterros sanitários;
 - b) A instalação de indústrias.
2. Excetuam-se do disposto na alínea b) do número anterior as instalações destinadas ao exercício de atividades agrícolas, florestais e piscatórias.

Art. 176º

Classes e Categorias de Espaços

1. As classes, categorias de espaços, áreas de risco e UOPG do POOC têm a seguinte correspondência no PDM:

Classes de espaços do POOC	Classes de espaços do PDM
Rochedos em APC	Rochedos Emersos do Mar
Praias em APC	Praias
Áreas Agrícolas em APC	Espaços Agrícolas abrangidos pelo POOC
Áreas Florestais em APC	Zonas de Mata de Proteção Litoral
Áreas de Vegetação Rasteira e Arbustiva em APC	Zonas de Vegetação Rasteira e Arbustiva
Equipamentos em APC	Zonas de Equipamentos Existentes (edificados) / Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Rural / Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano / Empreendimentos Turísticos (existentes e propostos)
Estuários em APC	Leitos de Cursos de Água

Zonas ameaçadas pelo mar do POOC	Áreas com risco do PDM
Zona de Risco	Áreas com Risco de Avanço das Águas do Mar
Barreira de Proteção	Áreas de Barreira de Proteção

UOPG do POOC	UOPG do PDM
Núcleo Urbano da Praia de Carreço	Núcleo Urbano da Praia de Carreço – PPP2
Zona Piscatória da Pedra Alta	Zona Piscatória da Pedra Alta – UOPG 50

Secção II Área de Proteção Costeira

Art. 177º

Restrições gerais

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 175º, são interditos os seguintes atos e atividades em ÁPC:
 - a) A alteração da morfologia do solo ou do coberto vegetal, com exceção da decorrente das normais atividades agrícolas ou florestais;
 - b) A extração de materiais inertes, quando não se enquadrem em operações de dragagem necessárias à conservação das condições de escoamento das águas nos estuários e zonas húmidas ou à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso;
 - c) A destruição da compartimentação existente feita com sebes vivas ou mortas ou com muros de pedra e a sua substituição por soluções não tradicionais, salvo quando decorra da aplicação de normas legais vigentes relativas a áreas agrícolas;
 - d) A abertura de novas vias de comunicação ou de acessos, bem como o alargamento dos já existentes e obras de beneficiação quando estas impliquem a destruição do coberto vegetal;
 - e) A construção ou ampliação de qualquer edificação;

- f) A instalação de painéis ou outros meios de suporte publicitário fora das áreas de implantação de apoios de praia;
 - g) A instalação de parques de campismo e similares, exceto em espaços de equipamento em APC.
2. Constituem exceção ao disposto no número anterior:
- a) As construções necessárias a atividades económicas que exijam a proximidade da água, tais como unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais e se implantem fora do domínio público hídrico, de praias, de áreas de vegetação rasteira e arbustiva, de rochedos e zonas húmidas em APC e da barreira de proteção;
 - b) A ampliação de unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que essa ampliação seja devidamente justificada, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais, e se implantem fora de rochedos e de barreira de proteção, e ainda sujeita às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico;
 - c) A instalação de estufas e outros empreendimentos agropecuários, avícolas, agroindustriais, bem como as construções de apoio à atividade agrícola e florestal permitidas nos termos do presente regulamento, desde que integradas em áreas agrícolas ou em áreas florestais, a sua localização seja devidamente justificada e permitida, analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais, e se localizem fora da barreira de proteção;
 - d) A instalação de infraestruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento de energias renováveis, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada e ponderado o impacte ambiental nos termos do quadro legal em vigor.
3. A exceção referida na alínea d) do número anterior está dependente da obtenção de parecer favorável vinculativo da APA, I.P..

Art. 178º

Atos e atividades condicionados

Sem prejuízo do cumprimento de outras condições legalmente fixadas, carecem de parecer favorável da APA, I.P. na respetiva área de jurisdição, a instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de saneamento básico, aerogeradores e a construção de barragens, açudes e postos de vigia, estaleiros temporários e permanentes.

Art. 179º

Áreas de Vegetação Rasteira e Arbustiva em APC

- 1 Integram esta categoria de espaço todas as áreas que ocupam fundamentalmente a antepraia e as zonas dunares.
2. Nestas áreas são interditas as ações que impliquem a impermeabilização, erosão ou poluição do solo, bem como outras capazes de alterarem negativamente a estabilidade destes ecossistemas, nomeadamente:
 - a) A destruição de solo vivo e do coberto vegetal;
 - b) A alteração da topografia do solo.
- 3 Constitui exceção ao disposto no número anterior a ampliação de unidades de aquicultura e de estabelecimentos conexos, bem como a instalação de infraestruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento da energia das ondas e do mar desde que respeitem o estabelecido no artigo 177º.

Art. 180º

Áreas Florestais em APC

Estas áreas correspondem aos espaços constituídos por povoamentos florestais mistos com o objetivo de proteção e eventualmente compatíveis com a produção, nos quais são interditas as seguintes ações:

- a) A fragmentação dos povoamentos;
- b) A execução de quaisquer novas edificações, com exceção de equipamentos de apoio à exploração e gestão florestal que não se localizem em barreira de proteção; c) A alteração da topografia do solo.

Art. 181º

Áreas Agrícolas em APC

1. Pertencem a esta categoria os espaços classificados no PDM como áreas da RAN, bem como as áreas que, embora não se encontrem integradas na RAN, têm um uso predominantemente agrícola.
2. Nestas áreas deverá ser observado o seguinte:
 - a) São interditas todas as ações que impliquem alteração ao seu uso dominante, salvo quando não diminuam ou destruam as suas aptidões ou potencialidades para a prática agrícola;
 - b) As construções existentes no interior destes espaços que obstem a um melhor aproveitamento do recurso agrícola são consideradas, salvo proposta explícita do Plano, como obstáculos a remover,
3. Constituem exceção ao disposto no número anterior:
 - a) A construção ou a remodelação de habitações para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respetivos agregados familiares, desde que não existam alternativas viáveis de localização;
 - b) A construção de edifícios de apoio à atividade agrícola e instalação de estufas e outros empreendimentos agropecuários, avícolas e agroindustriais;
 - c) A reconstrução e remodelação de edifícios destinados a turismo rural, de acordo com a legislação específica aplicável, desde que não se localizem em barreira de proteção.

Art. 182º

Equipamentos em APC

1. Integram esta categoria de espaço as áreas de equipamentos recreativos e de lazer, turísticos e de saúde e de infraestruturas de estacionamento, saneamento básico e de apoio à pesca e aquicultura, incluindo os respetivos estabelecimentos conexos, existentes ou previstos nos PMOT, e preferencialmente afetas ao uso e fruição da orla costeira.
2. Nestas áreas é interdita:
 - a) A sua utilização com atividades não compatíveis com as referidas no nº 1;
 - b) A construção de edifícios e de infraestruturas não relacionados com as atividades mencionadas no n.º1.
3. As novas construções previstas no presente artigo estão sujeitas à autorização da APA, I. P., sem prejuízo das restantes autorizações e pareceres, consoante o tipo de ocupação, e devem ter em conta os parâmetros constantes do quadro 1 do anexo II.
4. Nas parcelas onde já existam construções que excedem os parâmetros constantes do quadro 1 do anexo II, só são admitidas operações urbanísticas que não ultrapassem a área de implantação existente e cumpram a cêrcea de rés-do-chão mais um.
5. Excetuam-se do número anterior as obras de reconstrução e conservação de construções preexistentes, devidamente legalizadas.

Secção III

Zonas Ameaçadas pelo Mar

Art. 183º

Âmbito

1. A barreira de proteção e as zonas de risco correspondem a áreas sujeitas a erosão costeira, passíveis de virem a constituir zonas ameaçadas pelo mar, nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, com a atual redação.
2. Enquanto não ocorrer a classificação das zonas ameaçadas pelo mar, observar-se-á nestas áreas o disposto no presente Regulamento relativamente à barreira de proteção e zonas de risco.
3. Nos perímetros urbanos considerados como zonas de risco ou zona ameaçada pelo mar, aplica-se o regime previsto para estas zonas e o disposto no artigo 185º do presente Regulamento.

Art. 184º

Barreira de Proteção

1. A barreira de proteção inclui as faixas de APC consideradas indispensáveis para reter o avanço do mar, constituindo área *non aedificandi*.
2. Constitui exceção ao disposto o número anterior a construção de infraestruturas de saneamento básico.
3. A realização e autorização das ações constantes do nº 2 estão dependentes da obtenção de parecer favorável vinculativo da APA, I.P..

Art. 185º

Zona de Risco

1. A zona de risco inclui as faixas de áreas de APC e de UOPG, onde se prevê o avanço das águas do mar.
2. Até à delimitação dessas áreas como zonas ameaçadas pelo mar, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com a atual redação, observar-se-ão as seguintes restrições:
 - a) São proibidas novas construções fixas na margem das águas do mar, entendida de acordo com o disposto no artigo 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com a atual redação;
 - b) A aprovação de planos de urbanização e de pormenor, o licenciamento municipal de quaisquer operações de loteamento urbano, bem como de quaisquer obras, dependem de parecer vinculativo da APA, I.P.;
 - c) Dos alvarás de loteamento, de licença ou autorização de construção e de utilização deve constar obrigatoriamente a menção de que a edificação se localiza em zona de risco.
3. A delimitação de uma zona de risco como zona ameaçada pelo mar será acompanhada por um conjunto de medidas destinadas a equacionar, se for o caso, a retirada progressiva das construções existentes nessa área.
4. Nas áreas atualmente sob jurisdição portuária, aplicar-se-á o disposto no presente artigo caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Secção IV

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Art. 186º

PPP2 (UOPG nº 1 do POOC – Núcleo Urbano da Praia de Carreço)

1. A UOPG do núcleo urbano da praia de Carreço será objeto de um plano de pormenor (PP), a promover pela Câmara Municipal de Viana do Castelo em articulação com a APA, I.P..
2. Constituem objetivos do plano mencionado no número anterior:
 - a) Prever a contenção da construção e a consolidação do aglomerado;

- b) Reordenar a área de estacionamento, considerando a sua realocização, o ordenamento do coberto vegetal e a pavimentação adequada.
3. O plano terá em conta os parâmetros constantes do quadro 2 do anexo II ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante, devendo incidir, nomeadamente, sobre:
- a) A edificação, no sentido de conter a sua expansão, salvo em situações em que se justifique uma colmatação dos espaços intersticiais existentes;
 - b) Os espaços verdes, visando a recuperação dunar;
 - c) A proteção costeira, equacionando a necessidade de enchimento artificial da praia.

Art. 187º

UOPG50 (UOPG nº 2 do POOC – Zona Piscatória da Pedra Alta)

1. A UOPG da zona piscatória da Pedra Alta será objeto de um plano de intervenção da iniciativa da APA, I.P., a elaborar em articulação com a Câmara de Viana do Castelo, que incidirá sobre a área do Domínio Público Marítimo (DPM).
2. Constituem objetivos do plano mencionado no número anterior:
- a) Apoiar a atividade piscatória através, nomeadamente, da criação de infraestruturas adequadas de apoio ao sector (tais como obra de abrigo, lota, armazéns de aprestos, armazéns frigoríficos);
 - b) Salvaguardar e recuperar a área da REN e do DPM;
 - c) Requalificar o núcleo, equacionando a possibilidade do seu aproveitamento turístico.
3. O plano terá em conta os parâmetros constantes do quadro 3 do anexo II ao presente Regulamento e incidirá, nomeadamente, sobre:
- a) As edificações, definindo as regras que os edifícios a manter devem observar;
 - b) Os espaços verdes, reestruturando-os;
 - c) A possibilidade de construção de um quebra-mar;
 - d) As infraestruturas portuárias e a lota, armazéns frigoríficos e armazéns de aprestos a construir.

Art. 188º

Atos e atividades interditos

1. Nas áreas das UOPG identificadas nos artigos 186º e 187º e até à entrada em vigor dos planos referidos nos artigos anteriores, ficam interditos os seguintes atos e atividades:
- a) A criação de novos núcleos populacionais;
 - b) A construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações em barreira de proteção ou zona de risco sem a obtenção de prévio parecer favorável da APA, I.P. na respetiva área de jurisdição ou nas áreas que lhe sejam contíguas, aplicando-se, nestes casos, o disposto nos artigos 184º, 185º e 186º do presente regulamento;
 - c) A instalação de explorações agrícolas, florestais e minerais ou a alteração das já existentes;
 - d) A alteração do coberto vegetal, a destruição da compartimentação existente de sebes vivas ou mortas, bem como muros de pedra, e a sua substituição por soluções não tradicionais;
 - e) A abertura de novas vias de comunicação ou acessos, bem como o alargamento das já existentes, e obras de beneficiação que impliquem a destruição do coberto vegetal;

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 184º, 185º e 186º, a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou instalações rege-se pelos parâmetros definidos no quadro n.º 2 do anexo II do presente regulamento.

Anexo I

CARACTERIZAÇÃO GEOMÉTRICA DAS VIAS CLASSIFICADAS DA REDE VIÁRIA DO PDM DE VIANA DO CASTELO						
	REDE PRIMÁRIA		REDE SECUNDÁRIA		REDE TERCIÁRIA	
	NÍVEIS 1 E 2		NÍVEIS 1 E 2			
	EM SOLO URBANO	EM SOLO RURAL	EM SOLO URBANO	EM SOLO RURAL	EM SOLO URBANO	EM SOLO RURAL
FAIXA DE RODAGEM	≥3,5m	≥3,5m	≥3,0m	≥3,0m	≥2,75m	≥2,75m
PASSEIO	≥2,25m	/	≥2,25m	/	≥2,25m	/
ESTACIONAMENTO	2,2m x 5m	/	2,2m x 5m	/	2,2m x 5m	/
BERMAS		entre 1,0m e 2,0m		entre 0,5m e 1,0m		0,5m
PARAGENS DE TRANSPORTES PÚBLICOS	sempre que possível, fora da faixa de rodagem	fora da faixa de rodagem	sempre que possível, fora da faixa de rodagem	fora da faixa de rodagem	sempre que possível, fora da faixa de rodagem	fora da faixa de rodagem

A leitura deste quadro não dispensa a consulta do Regulamento do PDM

São admitidas as exceções previstas no presente regulamento e na legislação em vigor aplicável

Anexo II

Quadro nº 1

Parâmetros para as áreas de equipamentos em APC

Uso e tipologia	Cércea máxima	COS máximo
Definidas no artigo 182º	R/C + 1	0,1
Equipamentos de saúde	R/C + 1	0,2

Quadro nº 2

PPP2 – Núcleo Urbano da Praia de Carreço

Edificabilidade			Infraestruturação		
Uso e tipologia	Cércea	COS máximo	Abastecimento de água	Recolha de efluentes	Recolha de resíduos sólidos
Habitação, comércio, hotelaria e equipamentos de apoio à praia	R/C + 1	0,3	A assegurar	A assegurar	A assegurar

Quadro nº 3

UOPG50 – Zona Piscatória da Pedra Alta

Edificabilidade			Infraestruturação		
Uso e tipologia	Cércea	COS máximo	Abastecimento de água	Recolha de efluentes	Recolha de resíduos sólidos
Habitação e equipamentos	R/C + 1	0,3	A assegurar	A assegurar	A assegurar

(a) Luis Nobre.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e em consequência mandar remeter este assunto para conhecimento da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Eduardo Teixeira, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo.

5 de Janeiro de 2017